# CIRCULAR INFORMATIVA Nº 17

+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+

REUNIÃO INTERSINDICAL

+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+

No prosseguimento de uma actividade que os Sindicatos têem vindo a desenvolver no sentido de um estreitamento de relações que lhes permita uma melhor defesa dos interesses das classes que representam, realizou-se no passado dia 25 uma reunião com a presença de vinte e um Sindicatos.

Dos assuntos abordados há que salientar o tema "liberdade de reunião", cujo estudo fora iniciado num encontro anterior, conforme se deu a conhecer a todos os associados através da Circular Informativa nº. 16, deste Sindicato.

Este momentoso tema constituiu um dos pontos tratados na reunião efectuada com o Senhor Ministro das Corporações no passado dia 19, na qual os representantes sindicais fizeram sentir a ilegalidade e o prejuízo que, para as classes que defendem, significam os obstáculos que estão a ser levantados à realização de assembleias gerais.

Iniciou-se ainda a análise do conteúdo do recente Decreto-Lei 492/70 cujas alterações introduzidas no anterior regime das relações colectivas de trabalho se consideram lesivas dos direitos dos trabalhadores portugueses.

Em consequência desta reunião intersindical foram enviados ao Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social os telegramas que, para conhecimento de todos os Colegas, a seguir se transcrevem:

"DIRECÇÕES SINDICATOS ARTES GRÁFICAS PORTO BANCÁRIOS COIMBRA LISBOA PORTO CAIXEIROS LISBOA CARREGADORES E TRÁFEGO LISBOA ESCRITÓRIOS LISBOA SANTARÉM SETÚBAL JORNALISTAS LANIFÍCIOS CASTELO BRANCO COIMBRA LEIRIA GUARDA VISEU LISBOA METALÚRGICOS BRAGA PORTO PROPAGANDA MÉDICA VIAJANTES E PRAÇA PROTESTAM ENÈRGICAMENTE RESTRIÇÕES ILEGAIS TRANSMITIDAS 21 DO CORRENTE GOVERNO CIVIL DE LISBOA REALIZAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL SINDICATO METALÚRGICOS FINS SINDICAIS PONTO RESTRIÇÕES ALIÁS FLAGRANTE CONTRADIÇÃO PROPÓSITO ANUNCIADO MINISTRO CORPORAÇÕES AUDIÊNCIA DIA 19 PASSADO DIRIGENTES SINDICAIS "

"DIRECÇÕES SINDICATOS ARTES GRÁFICAS PORTO BANCARIOS COIMBRA LISBOA PORTO CAIXEIROS LISBOA CARREGADORES E TRÁFEGO LISBOA ESCRITÓRIOS LISBOA SANTARÉM SETÚBAL JORNALISTAS LANIFÍCIOS CASTELO BRANCO COIMBRA LEIRIA GUARDA VISEU LISBOA METALÚRGICOS BRAGA LISBOA PORTO PROPAGANDA MEDICA VIAJANTES E PRAÇA PROTESTAM VEEMENTEMENTE PUBLICAÇÃO DECRETO LEI 492/70 INTRODUZ PROFUNDA ALTERAÇÃO REGIME DECRETO LEI 49 212 PONTO CONSIDERAM RETROCESSO REGIME ANTERIOR E MANIFESTA COLISÃO LIVRE NEGOCIAÇÃO PREVISTA CONVENÇÃO OIT 98 RATIFICADA PORTUGAL PONTO PROTESTAM TAMBÉM CONTRA PROCESSO TRADICIONAL SEGUIDO IGNORA SISTEMÀTICAMENTE SINDICATOS REPRESENTAM DIREITOS TRABALHADORES MAIORIA POPULAÇÃO NACIONAL PONTO ENVIARÃO OPORTUNAMENTE EXPOSIÇÃO RAZÕES DETERMINANTES SUA PREOCUPAÇÃO PONTO"

+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+=+

SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

PELA DIRECÇÃO

= 28/10/70 =

JORNAL DE NOTÍCIAS
PORTO
7 MAIO 1974

## Está na capital um conhecido sindicalista italiano

# MÁRIO GIOVANILLI: «É NECESSÁRIA A UNIÃO DE TODOS OS SINDICATOS»

Chegou ao aeroporto da Portela o sr. Mário Giovanilli membro da C.G.T. italiana, que se desloca ao nosso país a convite dos sindicatos portugueses e da C.D.E..

Amigo dos trabalhadores portugueses e conhecedor do nosso meio sindical, o sr. Mário Giovanilli teve oportunidade de travar conhecimento, em Itália, com sindicalistas portugueses, vivendo os seus anseios e tomando através deles contactos com as nossas organizações sindicais.

Mário Giovanilli começou por se congratular com o clima de entusiasmo que sabe existir, pelo fim do regime fascista e a restituição à liberdade daí advinda, lembrando que o 1.º de Maio foi entusiasticamente vivido em Itália, desta vez com maior alegria, porque os trabalhadores transalpinos festejaram também a vitória dos portugueses e a sua independência do jugo fascista, que os amordaçava há cerca de meio século

Afirmou depois:

«Posso acrescentar que os trabalhadores italianos se encontram ao lado dos portugueses, como sempre o desejaram. Eu pessoalmente, como sindicalista, tenho grande esperança em que a vitória dos trabalhadores de Portugal lhes permita alcançar no futuro todas as reivindicações a que têm um justo direito. É necessária a união de todos os sindicatos. Saber lutar pela eliminação das facções reaccionárias que ainda existem e, seguidamente, por melhores condições de trabalho».

A terminar declarou:

«Estou certo de que as forças sindicalistas portuguesas em breve irão manter relações amistosas com os organismos sindicalistas do Mundo inteiro, num objectivo de paz e bem-estar para todos os trabalhadores».

DIÁRIO DE LISBOA
LISBOA
7 MAIO 1974

# O PROGRAMA DO MFA E OS SINDICATOS PREOCUPAM AS MULTINACIONAIS

Reuniu-se na Madeira, a direcção do grupo ITT Europa. Trata-se de uma reunião anual, para análise da situação das empresas e definição de objectivos. Apesar da direcção do grupo Oliva -Rabor ter desaconselhado a realização da reunião na Madeira, em virtude dos «acontecimentos políticos ultimamente verificados em Portugal», prevaleceu o programa inicialmente estabelecido.

Uma análise dos hipotéticos efeitos da mudança de situação política sobre esta sociedade multinacional traduz preocupação: um maior controlo da inflação pelo novo Governo tornaria «altamente improváveis» as autorizações de subidas de preços no mercado interno; uma mudança nas relações com os territórios ultramarinos poderá deteriorar a situação dos mercados do grupo em Africa; à dificuldade de subir os preços, juntar-se-ia a previsão de uma subida de salários, devido à presença de sindicatos «mais agressivos».

Outro aspecto preocupará a ITT. O presidente da Junta e todos os partidos políticos denunciarem os efeitos da actividade das empresas estrangeiras, sobretudo das multinacionais. A ITT correria o risco de ser acusada de «transferência ilegal de lucros», na medida em que as vendas do grupo Oliva-Rabor à ITT seriam subfacturadas, isto é, facturadas abaixo do custo real.

Sabe-se, por outro lado, que já começou a funcionar no Fundo de Fomento de Exportação, uma comissão dirigida pelo dr. Alexandre Vaz Pinto, ex-secretário de Estado do Comércio, com o objectivo de estudar casos de transferência ilegal de lucros e da subfacturação nas vendas ao estrangeiro.

DIÁRIO DE LISBOA
LISBOA
8 MAIO 1974

# INDEPENDÊNCIA EM RELAÇÃO AO GOVERNO PROVISÓRIO

## — DECIDIRAM OS SINDICATOS

**«Os trabalhadores devem manter-se independentes do Governo provisório a formar»** — decidiram esta manhã os representantes dos Sindicatos presentes à reunião intersindical nacional a decorrer nas antigas instalações da FNAT na Rua Vítor Cordon e agora ocupadas pela União dos Sindicatos do Sul (em organização).

Esta decisão dos sindicatos representa, pois, a vontade de nenhum trabalhador ser nomeado para o Ministério do Trabalho, onde teria de assumir compromissos com o capital ainda detentor do poder económico em Portugal.

Por outro lado os trabalhadores presentes na intersindical (representando as Uniões de Sindicato do Sul e do Norte e ainda de Sindicatos do Centro) decidiram igualmente, no decorrer da primeira fase dos trabalhos, exigir à Comissão Coordenadora do Programa das Forças Armadas uma resposta ao pedido escrito anteriormente feito pela Intersindical Regional no sentido de serem nomeados para o Ministério do Trabalho — e só até à nomeação do ministro respectivo — representante dos seus nomeados pela Junta.

A Intersindical Regional rejeitara o nome do dr. Cid Proença para delegado da Junta junto do Ministério do Trabalho, e posteriormente a J.S.N. nomeou o tenente-coronel Ricardo Durão seu delegado, sem consulta aos trabalhadores — julga-se que devido ao facto de a Junta não conhecer a representatividade das intersindicais.

No final da sessão da manhã, compareceram na reunião representantes de organismos sindicais europeus presentes no nosso nomeadamente René Salan, secretário nacional da cfdt-Confederação Francesa Democrática do Trabalho, e Pierre Evan, seu secretário para a emigração; Rune Molin, 1.º secretário da Confederação do Trabalho sueca; Per Carlsen, secretário internacional da Confederação do Trabalho dinamarquesa; Kaki Tapiola, secretário internacional da Confederação do Trabalho finlandesa; e Kaare Sandgren, secretário internacional da Confederação do Trabalho norueguesa. Foram trocadas saudações entre os trabalhadores portugueses e os estrangeiros, cujos organismos fazem todos parte da CES-Confederação Europeia dos Sindicatos.

JORNAL DE NOTÍCIAS
PORTO
1 MAIO 1974

# SINDICATOS DE COIMBRA FORMULAM REIVINDICAÇÕES

Foi entregue ontem aos órgãos de Informação e distribuída pela cidade de Coimbra a seguinte comunicação enviada aos associados dos organismos que a subscrevem:

«Colegas: — Os organismos signatários ao tomarem conhecimento do programa político-social do Movimento das Forças Armadas congratulam-se com o fim de opressão fascista tantas vezes denunciado pela classe trabalhadora.

Atendendo a que os trabalhadores, apesar das limitações impostas, tiveram um papel relevante no processo que levou à eclosão do Movimento das Forças Armadas pela criação de condições objectivas propícias ao seu triunfo, vêm apresentar os seguintes pontos como reivindicações imediatas dos seus representantes:

1 — Rectificação da Convenção 87 da O.I.T. (Liberdade Sindical);

2 — Execução prática da Convenção 98 da O.I.T. ratificada em I-VII-64 por Portugal (Direito de Organização e de Negociação Colectiva);

3 — Reintegração nos seus locais de trabalho de todos os indivíduos despedidos abusivamente pela sua actividade de defesa dos trabalhadores;

4 — Medidas urgentes anti-inflacionistas que assegurem a estabilidade dos preços;

5 — Aumento imediato dos salários e instituição dum salário mínimo nacional;

6 — Redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, em cinco dias de trabalho;

7 — Salário igual para trabalho igual;

8 — Extensão de Previdência a todos os trabalhadores sob sua gerência e controlo exclusivos;

9 — Direito à greve;

10 — Desmantelamento de toda a organização corporativa e revogação de toda a legislação sindical;

11 — Nova legislação sindical elaborada com base nas posições colectivamente definidas pelos trabalhadores;

12 — Liberdade de os organismos sindicais se federarem e confederarem a nível nacional e internacional;

13 — Liberdade de Imprensa operária;

14 — Apuramento das responsabilidades em todos os escalões da hierarquia dos poderes do Estado fascista por todos os crimes cometidos contra o povo português.

— Sindicato dos Bancários de Coimbra; Delegação de Coimbra do Sindicato dos Profissionais de Propaganda Médica; Ordem dos Médicos — Secção Regional de Coimbra; Sindicato dos Alfaiates de Coimbra; Sindicato dos Electricistas de Coimbra; Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra; Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Coimbra; Comissão provisória do Sindicato de Empregados de Escritório; Comissão provisória do Sindicato dos Caixeiros; Comissão intersindical dos Trabalhadores do Distrito de Coimbra».

## *Operários de Carpintaria, Serração de Madeiras e Ofícios Correlativos*

Do Sindicato Nacional dos Operários das Indústrias de Carpintaria, Serração de Madeiras e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto, recebemos a seguinte comunicação:

«Na sede deste Sindicato Nacional, foi recebida pelo chefe dos Serviços uma comissão de associados que pretendem dirigir os destinos deste organismo, enquanto não forem eleitos por sufrágio, os elementos que compõem a Direcção e Assembleia Geral, dado que a actual Direcção não tem correspondido aos anseios dos seus representados, pelo que, para o efeito, pedem a comparência de todos os sócios no próximo dia 2, pelas 19 horas, na sede deste sindicato nacional».

## *Telefonistas do Distrito do Porto*

O Sindicato Nacional dos Telefonistas do Distrito do Porto enviou o seguinte comunicado aos seus associados:

«A Direcção deste Sindicato Nacional, tendo reunido com o fim de apreciar o actual momento político, originado pelo Movimento das Forças Armadas com o objectivo de restituir ao Povo Português as suas liberdades fundamentais, solidariza-se com o programa da Junta de Salvação Nacional a cujo presidente, sr. general António de Spínola, enviou o seguinte telegrama:

«A Direcção do Sindicato Nacional dos Telefonistas do Distrito do Porto, interpretando pensar todos os associados, manifesta o seu incondicional apoio ao glorioso Movimento das Forças Armadas e solidariza-se com o programa apresentado pela Junta de Salvação Nacional, com vista à reabilitação do Povo Português».

Entretanto, será brevemente convocada uma assembleia geral extraordinária, a fim de definir a futura actuação do Sindicato.

## *Saudação de operários da Lisnave*

Cerca de 250 trabalhadores da Lisnave enviaram o seguinte telegrama à Junta de Salvação Nacional:

«Os signatários, trabalhadores da Lisnave, cumprimentam, na pessoa do general Spínola, a Junta que libertou de tão [illegible] e pesado jugo o povo [illegible]s e afirmam a sua fé [illegible]al digno e democrá[illegible]do no cumprimento [illegible]ão da Junta e na [illegible] livres associa[illegible]e sindicais, dis[illegible]laborar activa[illegible]trução de uma [illegible]rviço de todos [illegible] Viva Portugal.»

## *Actividades dos operários têxteis*

Operários têxteis ocuparam a sede da Federação dos Sindicatos dos Profissionais das Indústrias Têxteis, na Avenida da Boavista, 277.

Aquele organismo há cerca de cinco anos que era dirigido por uma comissão administrativa, nomeada pelo governo. Na transmissão de poderes participaram elementos daquela comissão.

Está prevista uma reunião geral de associados do sindicato para a próxima quarta-feira, às 14 horas.

## *Sindicato dos Caixeiros do Porto*

«A Direcção Sindicato Caixeiros Porto reunida extraordinariamente, deliberou felicitar na pessoa Vossa Excelência Junta Salvação Nacional pelas alevantadas finalidades movimento 25 de Abril ficando inteiro dispor franca colaboração tudo diga respeito superiores interesses trabalhadores portugueses. Renovando inteiro apoio libertação nacional firma-se livre disposição entrega imediata seu mandato se necessário quem de direito». (Telegrama enviado ao general António de Spínola).

## *Ferroviários de Mirandela*

«Ferroviários Oficina Mirandela saudam e apoiam movimento vitorioso Forças Armadas derrube governo fascista dando todo seu esforço na manutenção ideais democratas a bem da Pátria».

## *Empregados Viajantes e de Praça do Porto*

O Comandante da 1.ª Região Militar, sr. coronel Passos Esmeriz, recebeu no Quartel General os corpos gerentes do Sindicato Nacional dos Empregados Viajantes e de Praça do Distrito do Porto, que lhe foram apresentar cumprimentos e expor alguns problemas de interesse para a classe.

## *Barbeiros do Porto*

O Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros do Distrito do Porto enviou telegramas de saudação à Comissão do Movimento Intersindical e ao Movimento Democrático do Porto.

O primeiro é do seguinte teor:

«Direcção Sindicato Barbeiros Cabeleireiros Porto exprimindo sua vontade e associados reunidos extraordinariamente solidarizam-se com luta trabalhadores pedem integração no Movimento. Saudações Sindicais».

O segundo reza:

«Sindicato Barbeiros Cabeleireiros Porto reunião extraordinária associados sauda Movimento Democrático Porto acérrimo defensor liberdades povo português pelo apoio dado ao Movimento Forças Armadas. Saudações Democráticas pela Direcção Casimiro Rodrigues».

REPÚBLICA
LISBOA
11 MAIO 1974

# A ESTRATÉGIA DOS TRABALHADORES DEFINIDA NA INTERSINDICAL

«A estratégia sindical deve basear-se na organização sólida dos trabalhadores, na sua acção coordenadora e unitária com todas as forças anti-fascistas, para o aprofundamento das liberdades democráticas, com o fim de construir e consolidar um Estado democrático. Esta estratégia é produto do momento político que começou em 25 de Abril e que irá, pelo menos, até ao fim do Governo Provisório», conforme um dos dois documentos aprovados na Intersindical Nacional, cujos trabalhos terminaram ontem.

A Intersindical Nacional contou com a participação de 54 sindicatos, quatro dos quais como observadores. Os dois documentos aprovados, após longo debate, definem as linhas de acção dos trabalhadores nos próximos tempos.

O primeiro, intitulado «Para uma estratégia do movimento sindical no momento actual» — define os princípios gerais de orientação do movimento; o segundo, «Reestruturação e organização sindical», desenvolve as directrizes que presidirão à reorganização de todo o Movimento Sindical.

O documento sobre «Reestruturação e Organização Sindical» recomenda a criação de duas comissões. Uma estudará «as possíveis formas de organização sindical; a integração sindical dos trabalhadores ainda não abrangidos por sindicatos; e a constituição de novos sindicatos».

À outra comissão caberá proceder ao «estudo de projectos de uma nova legislação sindical e do trabalho, tendo por base as convenções 87.ª, 98.ª e outras da Organização Internacional do Trabalho e outros documentos que venham a considerar-se importantes e necessários como base de trabalho».

Em moção enviada à Junta de Salvação Nacional, a Intersindical «considera como base indispensável à prossecução dos objectivos estratégicos e de reestruturação de um sindicalismo efectivamente livre o fim da guerra colonial — como reconhecimento dos povos à sua autodeterminação e independência e única forma de estancar a sangria de mais de 45 por cento do Orçamento Geral do Estado, para fins improdutivos».

Os delegados sindicais portugueses, enquanto estiveram reunidos, receberam a visita de delegações da Federação Sindical Mundial e Confederação Europeia dos Sindicatos, composta por representantes da França (C. F. D. T.), Suécia, Dinamarca e Finlândia.

Os sindicatos presentes à Intersindical foram os seguintes:

Técnicos de Desenho, Caixeiros de Lisboa, Ferroviários, Seguros de Lisboa, Aeronavegação e Pesca, Bancários do Porto, Vidreiros da Marinha Grande, Armazéns de Lisboa, Médicos do Sul, Metalúrgicos de Santarém, Escritórios de Lisboa, Metalúrgicos de Aveiro, T. U. L., Metalúrgicos de Castelo Branco, Metalúrgicos de Lisboa, Jornalistas, Propaganda Médica, Têxteis de Braga, Escritórios e Caixeiros de Santarém, Bancários de Lisboa, Ourives de Lisboa, Metalúrgicos de Coimbra, Metalúrgicos do Porto, escritórios do Porto, Economistas, Gráficos do Porto, Metalúrgicos de Viana do Castelo, Lanifícios de Lisboa, Lanifícios da Guarda, Electricistas de Lisboa, Serviço Social, Mármores (Pero Pinheiro), Farmacêuticos (Sul), Professores, Armazéns de Setúbal, Construção Civil de Setúbal, Construção Civil de Lisboa, Costureiros, Escritórios e Caixeiros de Leiria, Gráficos de Lisboa, Construção Civil de Santarém, Têxteis do Porto, Revisores de Imprensa, Lanifícios da Covilhã, Químicos do Porto e Químicos de Lisboa, Motoristas de Lisboa, Seguros do Porto, Mineiros do Distrito de Setúbal e Beja, Electricistas de Coimbra, Metalúrgicos de Braga e Bancários de Coimbra.

## DINAMIZAÇÃO DA VIDA SINDICAL PORTUGUESA

*Como reflexo da dinamização da vida sindical portuguesa, que adquiriu extraordinária movimentação desde 25 de Abril, chega diariamente à nossa Redacção grande quantidade de comunicados de trabalhadores a marcar reuniões ou a analisar os seus problemas. Na impossibilidade de dar o merecido desenvolvimento ao noticiário sindical, continuamos, hoje, a publicá-lo em termos resumidos. Vão efectuar as seguintes reuniões:*

- *ORDEM DOS ADVOGADOS, hoje, pelas 15 horas, na sede.*
- *SINDICATO DA INDÚSTRIA DE TABACOS, hoje, às 15 horas, na «Voz do Operário».*
- *JUVENTUDE TRABALHADORA DA LINHA DE SINTRA, dia 12, às 15 horas, na sede da CDE, em Queluz, Rua Dr. Manuel Arriaga, n.º 13; dia 11, em Algueirão Mem-Martins, às 14 e 30, na sede da C. D. E., na Rua do Moinho, 10; dia 11, às 15 horas, na C. D. E. de Montelavar.*
- *CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, dia 12, 14 horas, no Teatro S. Luís.*
- *SINDICATO DOS ESCOLHEDORES E APANHADORES DE PEIXE DE LISBOA, dia 12, às 10 horas, na Liga Intensificadora da Acção Missionária.*
- *CASA DO VIAJANTE, dia 12, às 21 e 30, na Estrada da Senhora da Saúde, 22.*
- *PROFISSIONAIS DE ARTES GRÁFICAS, dia 13, pelas 21 horas, na sede do Sindicato, para eleger delegados de empresas.*
- *BARBEIROS E CABELEIREIROS, dia 13, às 21 horas, no Teatro Vasco Santana, convocada pela comissão «ad-hoc».*
- *PORTEIROS DE PRÉDIOS URBANOS DE RENDIMENTO, dia 12, 15 e 30 horas, na «Voz do Operário».*
- *PESCADORES DE LISBOA, dia 12, pelas 9 horas, na Doca de Pesca, para eleger a nova direcção.*
- *SINDICATO DOS COBRADORES, dia 13, pelas 21 horas, nas instalações do Sindicato dos Profissionais de Escritório, na Rua do Alecrim, n.º 46, 1.º.*
- *FUNCIONÁRIOS DO I. N. E. C., dia 14, às 14 horas.*
- *SINDICATO DOS MARCENEIROS, dia 14, às 21 horas, no pavilhão do Clube Atlético Campo de Ourique.*
- *FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, dia 19, pelas 14 e 30, no Pavilhão dos Desportos em convocação da comissã «ad hoc» eleita no Depósit Geral de Material da Forç Aérea.*

## COMUNICADOS

- JORNALISTAS — Os conselhos de redacção, comissões de redacção, delegados sindicais e todos os jornalistas da Imprensa diária de Lisboa e Porto devem informar-se se as empresas garantem a aplicação da nova tabela salarial a partir de 1 de Maio. *«É preciso quebrar a ideia de que somos uma classe indiferente aos problemas sindicais»*, diz a informação do sindicato.

CD25A

DIÁRIO POPULAR
LISBOA
11 MAIO 1974

# OS PARTIDOS S VÃO ENVIAR CEI PARA A ORGANI

OSLO, 11 — Os partidos socialistas e as federações sindicais escandinavos recolheram cerca de 500 mil coroas (cerca de 2300 contos) para auxiliar o Movimento Sindical português — anunciou hoje o vice-presidente do Partido Trabalhista norueguês Rieulf Steen, na conferência de Imprensa que deu depois da visita de uma delegação de socialistas a Portugal.

Durante a sua visita a Lisboa a delegação conferenciou com o general António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional, que tomou o Poder no mês passado.

Steen disse que a delegação exprimiu ao general Spínola o desacordo dos socialistas e dos sindicatos dos países nórdicos sobre o projecto de submeter a referendo o futuro dos territórios portugueses em África, salientando que o dirigente do Partido Socialista português, dr. Mário Soares, é a favor de negociações directas com os movimentos de libertação.

Por seu turno, o secretário internacional da Federação dos Sindicatos noruegueses, Kaare Sandegren, anunciou que a cooperação entre o movimento sindicalista português e os seus congéneres na Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia seria intensificada com a chegada a Oslo, na próxima semana, de Ramos da Costa, membro daquele Movimento português.

Sandegren acrescentou que a delegação nórdica chegou à conclusão de que não há hipótese de um contragolpe das direitas em Portugal, no momento actual. — (R.)

# «O SÉCULO» VOL A NÃO SE PUBLIC ENQUANTO DECORREM ENTRE TRABALHADORES

Po não terem sido resolvidas | nome de cerca de 30 que

JORNAL DO COMÉRCIO
LISBOA
11 MAIO 1974

# Sindicatos holandeses vão entregar 950 contos ao movimento sindical português

UTREQUE (Holanda), 10 — (UPI e ANI) — A comissão executiva da Federação dos Sindicatos Socialistas Holandeses vai entregar 100 000 florins (cerca de 950 contos) ao movimento sindical português — anunciou hoje um informador daquela Federação.

A entrega faz parte da ajuda programada pela Confederação Internacional de Sindicatos Livres (C. I. S. L.) — acrescentou o informador holandês.

Otto Kersten, secretário-geral da C.I.S.L., declarou recentemente que a sua organização daria ajuda financeira e técnica para o estabelecimento de um movimento sindical livre em Portugal.

## Auxílio sueco ao P. S. P.

ESTOCOLMO, 10 (UPI e ANI) — «Foi verdadeiramente fantástico observar a liberdade agora existente em Portugal — declarou ao vespertino «Aftonbladet», de Estocolmo, o secretário do Partido Social-Democrata da Suécia, Sten Anderson, que fez parte da delegação de representantes sociais-democrata e sindicais dos países nórdicos que regressou ontem de Lisboa.

Sten Anderson declarou ainda que, embora não tivesse chegado a qualquer conclusão sobre o tipo de apoio a dispensar ao Partido Socialista Português, admitia vir a criar-se um fundo nórdico comum para o qual a Confederação sueca dos sindicatos já decidira comparticipar com cem mil coroas (cerca de 570 contos).

## Agentes da C. I. A. em Lisboa?

Anderson, que regressou ontem à noite de uma visita de dois dias a Portugal para conhecimento dos factos, a convite do líder socialista português, Mário Soares, afirmou que há notícias consistentes em Lisboa de que foram enviados agentes norte-americanos da C. I. A. para a capital portuguesa.

E acrescentou:

«São alguns dos que estiveram presentes no golpe militar do Chile.»

DIÁRIO POPULAR
LISBOA
11 MAIO 1974

# AS LINHAS MESTRAS QUE DEVERÃO ORIENTAR O MOVIMENTO SINDICAL

*Com a presença de 56 Sindicatos, realizou-se, na sede da União de Sindicatos do Sul, a Intersindical Nacional, a que assistiram delegados da Federação Sindical Mundial e Confederação Europeia dos Sindicatos, composta por representantes da França (C. F. D. T.), Suécia, Dinamarca e Finlândia.*

*Depois de largo debate, foram aprovados dois documentos, que passarão a nortear a actividade dos trabalhadores. O primeiro, denominado «Para uma estratégia do movimento sindical no momento actual» define princípios gerais de orientação do movimento. O segundo, «Restruturação e organização sindical», desenvolve as linhas mestras que deverão presidir à reorganização de todo o movimento sindical.*

*Foi ainda, aprovada uma moção a enviar à Junta de Salvação Nacional com o seguinte conteúdo:*

«A Intersindical Nacional, considera como base indispensável à prossecução dos objectivos estratégicos e de restruturação dum sindicalismo efectivamente livre:

1.º — O fim da guerra colonial — como reconhecimento dos povos à sua autodeterminação e independência e única forma de estancar a sangria de mais de 45 por cento do Orçamento Geral do Estado, para fins improdutivos.

2.º — O reforço da unidade democrática de todos os trabalhadores.»

*Através das intervenções na assembleia, expressas, aliás no primeiro dos citados documentos, foi manifestada, pelos sindicatos, a determinação de trabalharem no sentido de consolidarem a unidade entre os trabalhadores e o Movimento das Forças Armadas, pois se considera que para a criação dum estado democrático é fundamental o reforço dessa aliança.*

## «Para uma estratégia do movimento sindical no momento»

*O documento, com o título em epífrade, aprovado na Intersindical, é do seguinte teor:*

«A existência de Sindicatos Democráticos, fortes e virados para a defesa dos interesses dos trabalhadores, só será possível com a liquidação total do regime fascista, com a conquista das liberdades fundamentais.

Por isso, no momento presente, o objectivo fundamental da classe operária e das restantes massas trabalhadoras, deverá ser a consolidação das conquistas já alcançadas, base indispensável à criação de um Estado Democrático.

A conquista de tal objectivo pressupõe a luta unida, firme e intransigente dos trabalhadores contra todos os focos da reacção, em unidade com as demais forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas.

Esta luta resulta do facto que as forças e estruturas fascistas não estão ainda destruídas — nem o poderão estar em breves semanas — e que há que abater 50 anos de criações reaccionárias. Por outro lado, há que criar as necessárias condições subjectivos que impeçam, também elas, o retorno ao regime de terror e opressão que foi derrubado em 25 de Abril.

Nesta fase da luta dos trabalhadores, que necessariamente terá de ser unitária com todas as forças antifacistas, é imperioso que a estratégia sindical se apoie numa perspectiva de organização, de melhoramento do nível de vida de todo o povo português, de assegurar uma Previdência digna, reestruturada e gerida pelos beneficiários.

A organização dos trabalhadores, que se liga directamente à reorganização sindical, na estratégia sindical para os meses mais próximos, talvez mesmo o ano mais próximo. Ela deve ser levada a efeito desde a empresa até às Uniões ou Federação, até à Confederação. Ela será uma das maneiras de extirpar, em definitivo, os resíduos do fascismo e, por outro lado, será o alicerce em que se apoiará a luta futura dos trabalhadores no plano reinvindicativo.

O melhoramento geral do nível de vida do povo português é uma necessidade imediata. Mas a luta por tal objectivo deverá inserir-se na luta geral pela liquidação do fascismo e construção do Portugal Democrático. No momento presente, o resultado lógico do derrube do regime corporativo-fascista e não o aproveitamento feito por arrivistas e oportunistas que, objectivamente, fazem o jogo da reacção.

Com a liquidação do regime fascista terminou todo o complicado processo de contratação colectiva que o corporativismo impôs aos trabalhadores. Mas a liquidação prática e efectiva de tal processo ainda está por completar. Urge, pois, ultimá-la, impondo a negociação directa entre os trabalhadores e os patrões, sem interferências da Administração Pública.

É no contexto da luta reivindicativa em geral e da negociação entre trabalhadores e patrões em particular, que deverá ser inserido o emprego da greve. Conjugando as características do momento que vivemos com a prática da luta de classes, a greve é a arma a usar pelos trabalhadores para resolver os conflitos das relações de trabalho, mas é uma arma que deverá ser usada como meio último, depois de esgotados todos os outros meios, e isto para evitar os aproveitamentos que todos os inimigos do Povo, da Democracia e dos trabalhadores, fariam de um uso indiscriminado ou indevido da greve. Compete aos trabalhadores, através das suas organizações — então livres — vigiar para que provocadores não lancem a confusão usando tal arma oportunisticamente.

Nesta perspectiva, as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores deverão ser dissolvidas e aproveitadas as instalações pelas comissões sindicais que se criarem, mantendo-se os serviços de assistência, até definição do esquema geral da Previdência.

A orientação fundamental da estratégia sindical para o tempo em que durar a construção e consolidação da Democracia não deverá incidir sobre muitos pontos diversificados, mas antes, na actual conjuntura, deverá concentrar-se sobre os pontos básicos da linha programática para lançar as bases da luta para pôr fim à exploração dos trabalhadores.

A estratégia sindical deve, pois, basear-se na organização sólida dos trabalhadores, na sua acção coordenada e unitária com todas as forças antifascista, para o aprofundamento das liberdades democráticas com o fim de construir e consolidar um Estado Democrático. Esta estratégia é produto do momento político que começou em 25 de Abril e que irá, pelo menos, até ao fim do Governo Provisório.»

## Reestruturação e organização sindical

*O outro documento aprovado na mesma reunião é do seguinte teor:*

«A organização sindical, embora muito importante, não deve, de qualquer modo, desviar ou inibir a luta dos trabalhadores na consolidação das conquistas já alcançadas.

A preocupação fundamental a ter em vista, na estrutura sindical a adoptar, deverá ser a da necessidade que se reconhece da luta dos trabalhadores ser unitária.

Reafirma-se que a estrutura sindical actual, imposta deliberadamente pelo fascismo, não corresponde nem nunca correspondeu à necessidade de defesa dos trabalhadores, face à exploração capitalista.

Não obstante, os Sindicatos existentes são uma forma de organização de que os trabalhadores dispõem, na sua luta contra o capitalismo. Assim, e sem prejuízo da sua reestruturação, eles deverão ser utilizados nas fases de luta imediata.

Nesse sentido condena-se e contraria-se a fragmentação que conduza a uma maior pulverização sindical. Difunde-se e apoia-se o fortalecimento da acção dos actuais Sindicatos, através do reforço da actividade associativa.

Reconhecendo-se que a força de qualquer organização sindical, de nível superior, é dependente da força das organizações de base, deve-se, prioritariamente, proceder às eleições de delegados sindicais nas empresas e consequentes comissões de delegados.

Quer a nível de comissões de delegados, quer a outros níveis de organizações, dever-se-á estimular e promover, de acordo com problemas específicos e concretos, a luta unitária dos trabalhadores dos vários sindicatos, de que resultará o real embrião de futuras estruturas mais amplas e fortes.

Porque se considera necessário que sejam os trabalhadores a ter a iniciativa na definição dos princípios que deverão nortear a futura organização e legislação sindical e do trabalho, os Sindicatos reunidos propõem o seguinte:

- Que sejam criadas duas comissões para estudo e debate destes assuntos.
- Que os Sindicatos dinamizem, desde já, um amplo debate e esclarecimento destas importantes questões junto dos trabalhadores.
- Que as conclusões dos vários sectores culminem num Congresso de Trabalhadores a realizar num prazo breve, para discutir e aprovar as conclusões definitivas.

As Comissões terão as seguintes funções:

1.ª Comissão — Estudar, dentro dos princípios antes enunciados e com o conhecimento das estruturas sindicais doutros países: as possíveis formas de organização sindical; a integração sindical de trabalhadores ainda não abrangidos por Sindicatos; a constituição de novos Sindicatos.

2.ª Comissão — Proceder, desde já, ao estudo de projectos de nova legislação sindical e do trabalho, tendo por base as Convenções 87.ª, 98.ª e outras da O. I. T. e outros documentos que se venham a considerar importantes e necessários como base de trabalho.

**DOIS IMPORTANTES DOCUMENTOS APROVADOS PELA INTERSINDICAL NACIONAL, QUE SE REUNIU COM A PRESENÇA DE 56 SINDICATOS**

## Sindicatos representados

A Intersindical Nacional realizou-se com a presença dos seguintes Sindicatos: Técnicos de Desenhos, Caixeiros Lisboa, Ferroviários, Seguros de Lisboa, Aeronavegação e Pesca, Bancários do Porto, Vidreiros da Marinha Grande, Armazéns Lisboa, Médicos do Sul, Metalúrgicos Santarém, Escritórios de Lisboa, Metalúrgicos de Aveiro, T. U. L., Metalúrgicos de Castelo Branco, Metalúrgicos de Lisboa, Jornalistas, Propaganda Médica, Têxteis de Braga, Escritórios e Caixeiros Santarém, Bancários de Lisboa, Ourives de Lisboa, Metalúrgicos Coimbra, Metalúrgicos do Porto, Escritórios do Porto, Economistas, Gráficos do Porto, Metalúrgicos de Viana do Castelo, Lanifícios de Lisboa, Lanifícios da Guarda, Electricistas de Lisboa, Serviço Social, Mármores (Pero Pinheiro), Farmacêuticos (Sul), Professores, Armazéns de Setúbal, Construção Civil de Setúbal, Construção Civil Lisboa, Costureiros, Escritórios e Caixeiros de Leiria, Gráficos de Lisboa, Construção Civil de Santarém, Texteis do Porto, Revisores de Imprensa, Lanifícios da Covilhã, Químicos do Porto e Químicos de Lisboa, Motoristas Lisboa, Seguros do Porto, Mineiros do Distrito de Setúbal e Beja, Electricistas de Coimbra, Metalúrgicos de Braga e Bancários de Coimbra.

## Extintas disciplinas de formação corporativa e social

Segundo informação do Centro de Informação e Relações Públicas do Ministério da Educação Nacional a extinção da disciplina de Organização Política e Administrativa da Nação, no curso complementar do ensino liceal, já objecto de um despacho do delegado da Junta de Salvação Nacional no Ministério da Educação Nacional, estendeu-se às Escolas de Regentes Agrícolas, às Escolas do Magistério Primário e ao Ensino Liceal Nocturno.

Naquela linha de orientação, também foram extintas as disciplinas de Organização Política da Nação e Economia Corporativa, do «curriculum» dos Institutos Industritais e Comerciais, Regulamentação do Trabalho e Formação Corporativa, do ensino secundário técnico, e Formação Social, do ensino liceal nocturno.

As medidas agora tomadas abrangem, ainda, a supressão imediata das matéria programáticas relativas às doutrinas e sistemas corporativos e de todos os exames das disciplinas citadas.

O novo despacho do delegado da Junta de Salvação Nacional insiste na necessidade de se aproveitarem os tempos ficados livres para debates sobre o movimento associativo, em geral, e nos estabelecimentos de ensino, com esclarecimentos sobre as opções políticas possíveis numa democracia pluralista. Finalmente, acrescenta-se que estão em curso diligências para a substituição das disciplinas extintas e elaboração de outros programas.

## Os alunos do I.S.C.S.P.U. contra o Conselho Escolar

Os estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, reunidos em assembleia magna, face a atitudes repressivas do Conselho Escolar, aprovou a seguinte moção:

Os estudantes do I. S. C. S. P. U. considerando:

a) não ter o C. E. neste momento, autoridade para formular qualquer apelo, uma vez que se encontra em estudo, por parte dos estudantes e corpo docente não-catedrático a futura forma de gestão democrática do Instituto;

b) como perfeitamente descabido e abusivo o apelo (que na 1.ª nota se faz) de «serenidade, civismo, disciplina e confiança» da parte de «todos os que nesta casa trabalham», a não ser que o C. E. considere grave indisciplina as constantes reuniões efectuadas por estudantes e corpo docente não-catedrático no sentido da resolução dos seus problemas;

c) que, quer no respeitante à «oportuna abertura de novas vias», quer no que se refere às «adequadas soluções», serão prioritariamente os estudantes a explicitar os seus pontos de vista;

d) como perfeitamente abusiva e insultuosa a utilização, que na 2.ª nota se faz, de frases contidas em comunicados da J. S. N., desinseridas do seu contexto (que no caso se reportava concretamente a departamentos públicos);

e) a colaboração fiel que o C. E. manteve com o regime fascista durante a vigência deste.

Decidem: manifestar o seu firme repúdio perante tais manobras e reafirmar a sua inabalável vontade em prosseguir da discussão e resolução colectiva dos seus problemas, não tolerando quaisquer interferências por parte daqueles que durante tanto tempo foram os responsáveis pela política fascista de repressão sobre o movimento estudantil no I. S. C. S. P. U.

## Os trabalhadores dos lanifícios e o custo de vida

**A Federação Nacional dos Sindicatos do Pessoal da Indústria de Lanifícios publicou uma informação na qual se levanta o problema da subida do custo de vida, dos salários e da inflação, acentuando-se a deterioração dos salários reais dos trabalhadores deste sector industrial.**

## SEIS CONTOS MENSAIS: SALÁRIO MÍNIMO na S. C. Cervejas

**Seis contos é, desde o dia 1 do corrente mês de Maio, o salário mínimo mensal para todo o pessoal adulto e indiferenciado da Sociedade Central de Cervejas, conforme comunicado pela administração da empresa ao seu pessoal.**

# NA REUNIÃO DE PRAGA
# TRABALHADORES DE TODO O MUNDO OUVIRÃO O RELATO DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA

As grandes organizações sindicais mundiais dão, decisiva e claramente a mão à revolução portuguesa — depois da tomada do Poder pelas Forças Armadas, a maioria da população (massa trabalhadora) organiza-se, com vista à defesa dos seus direitos e interesses e a prevenção de manobras tendentes a destruir a liberdade agora reconquistada.

No 1.º de Maio, fizeram-se representar, em Portugal, a Confederação Mundial do Trabalho, a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, a C. G. T. francesa (dois milhões e trezentos mil trabalhadores) e a Federação Sindical Mundial (cento e cinquenta milhões de trabalhadores). Esta solidariedade mantém-se, naturalmente, agora já em ordem ao apoio que podem dar estas uniões de trabalhadores.

Na mesma linha de pensamento, chegaram ontem a Lisboa o secretário-geral da Federação Sindical Mundial, Pierre Gensous; os srs. Mazza, chefe da secção para a Europa daquela organização; e De Angeli, secretário-permanente junto da O. I. T. e das Nações Unidas, em Genebra, o qual já discursara no estádio 1.º de Maio.

O convite para esta deslocação ao nosso país, dos qualificados representantes da poderosa organização sindical, foi expressamente feito pelo Sindicato dos Bancários de Lisboa; no mesmo dia da chegada, aqueles dirigentes mundiais foram também recebidos na Intersindical Portuguesa, que esteve reunida em Lisboa.

O secretário-geral da Federação Sindical Mundial, em declarações aos órgãos da Informação e aos intersindicalistas, afirmou a sua alegria pelo País livre que derrubara o fascismo, adiantando que tudo o quanto lhe for dado ver e sentir transmitirá aos dirigentes da F. S. M., que vão reunir em Praga, no princípio da próxima semana, esclarecendo-os do clima democrático que se respira em Portugal.

## Conferência de Imprensa

Esta noite, às 21 horas, na sede da União dos Sindicatos do Sul (rua Vitor Cordon, 1) em Lisboa, realizar-se-á uma Conferência de Imprensa com o secretário Geral de Federação Sindical Mundial; o secretario da Federação Sindical Mundial para as Questões Europeias; e o representante permanente da Federação Sindical Mundial junto da O. I. T. e das Nações Unidas em Genebra.

## INSCRIÇÕES NA ORDEM DOS ENGENHEIROS

Da secção regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros recebemos informação de que todos os engenheiros que estavam impedidos de se inscreverem na referida ordem como membros ordinários, por falta de estágios aprovados, podem fazer, agora, a sua inscrição.

A secretaria da Ordem prestará todos os esclarecimentos necessários.

## DETENÇÃO de um ex-deputado

COIMBRA, 11. — Encontra-se detido em Lisboa, sob custódia da Junta de Salvação Nacional, o ex-deputado pelo círculo de Coimbra, dr. Álvaro Barbosa Ribeiro, elemento preponderante da Junta Central da Legião Portuguesa.

## RAMIRO VALADÃO E FELNER DA COSTA AFASTADOS DA S. E. I. T.

Por conveniência de serviço os inspectores superiores do Gabinete Técnico da S. E. I. T., drs. Jorge Felner da Costa e Ramiro Valadão foram afastados do exercício efectivo daqueles cargos, aguardando ulterior decisão do Governo.

O inspector superior dr. Bernardo Júdice da Costa ficará aguardando a passagem à situação de reforma que tinha pedido em requerimento datado de 22 de Abril de 1974.

Comércio do Porto
12 MAIO 1974
Porto

# Sindicatos

## recebidos pelo delegado da J. S. N. no Ministério das Corporações

Têm vindo a ser realizadas reuniões do delegado da Junta de Salvação Nacional no Ministério das Corporações e Segurança Social com representantes dos sindicatos de diversos sectores profissionais.

Essas reuniões destinam-se a esclarecimento mútuo sobre os problemas dos trabalhadores e sobre os princípios que devem orientar a actuação no presente momento, de harmonia com o programa do Movimento das Forças Armadas e as determinações da Junta de Salvação Nacional.

Nesta ordem de ideias, já tiveram oportunidade de se reunirem com o delegado da Junta de Salvação Nacional — independentemente de audiências separadas a muitos outros representantes dos mais variados sectores — os seguintes sindicatos: Lanifícios, Químicos, Têxteis, Pessoal de Voo, Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Caixeiros, Técnicos de Desenho, Telefonistas, Hoteleira, Motoristas, Propaganda Médica, Serviço Social, Transportes Urbanos, Moagem, Mármores, Cerâmica, Telecomunicações, Cobradores, Contínuos, Profissionais de Escritório, Seguros, Bancários, Garagistas, Ferroviários, Vidreiros, Ajudantes de Farmácia, Empregados de Administração e Revisores de Imprensa, Profissionais em Armazém, Trabalhadores em Carnes, Cartonageiros, Gráficos, Enfermagem, Ourives, Panificação, Lacticínios e Metalúrgicos.

Também se realizou, em moldes análogos, uma reunião com grupos de representantes de trabalhadores de empresas da zona fabril compreendida entre Sacavém e Vila Franca de Xira.

PRIMEIRO JANEIRO
12 MAIO 1974
Porto

# CONVITE DA C.E.S. AO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS

BRUXELAS, 11 — «O Comité Executivo da Confederação Europeia dos Sindicatos (C.E.S.) conta, firmemente, com o novo Governo português para que seja posto termo ao regime colonial e para que as liberdades sindicais da C.E. sejam garantidas no interior do país» — declara o comunicado da C.E.S. publicado na sua sede nesta capital.

A C.E.S. — acrescenta o comunicado — «contribuirá» para a criação em Portugal de um movimento sindical democrático e unido, e espera que esse movimento sindical português venha juntar-se às fileiras do sindicalismo europeu».

Enfim, o Comité Executivo da C.E.S. convida o movimento sindical português a assistir ao seu congresso, de 23 a 25 do corrente, em Copenhaga. — (F.P.).

DIÁRIO DE LISBOA
LISBOA
15 MAIO 1974

# Presumíveis elementos da ex-DGS incitam os operários à paralização do trabalho

Com carácter de urgência, a Junta de Salvação Nacional pede-nos a publicação do seguinte aviso:

«Chegou ao conhecimento da Junta de Salvação Nacional que elementos provocadores andam de obra em obra de construção civil incitando operários à paralização de trabalho e destruição de equipamentos.

«Considerando que estas acções só podem estar a ser feitas por elementos com interesse em prejudicar o Movimento das Forças Armadas, pede-se a toda a população e em especial aos trabalhadores de construção civil que colaborem com as Forças Armadas na sua detenção por se presumir poderem ser elementos da ex-D.G.S.

«Por esta razão a Junta de Salvação Nacional pede aos trabalhadores que retomem o seu trabalho e protejam os seus equipamentos na certeza que as suas legítimas aspirações serão oportunamente estudadas.»

DIÁRIO DE LISBOA
LISBOA
17 MAIO 1974

# O MINISTRO DO TRABALHO PRESENTE NA REUNIÃO DA INTERSINDICAL

**O secretariado da Intersindical Nacional distribuiu ontem ao fim do dia à Imprensa um comunicado do seguinte teor:**

Realizou-se hoje, dia 16, entre as 10.30 h e as 18 h, na União dos Sindicatos do Sul, uma reunião da Intersindical Nacional em que participaram 43 Sindicatos (um dos quais como observador).

Registou-se a presença, de manhã, por alguns momentos do Ministro do Trabalho, Avelino Pacheco, que, após ter saudado a Reunião, justificou a aceitação do cargo como posição pessoal — independente da sua situação de Director do Sindicato dos Bancários do Porto, e teceu breves considerações sobre as responsabilidades dos trabalhadores neste momento. A Intersindical desejou-lhe bons trabalhos e exprimiu a convicção de que seria possível e benéfico um trabalho coordenado, sempre salvaguardando os legítimos interesses dos trabalhadores.

Iniciados os trabalhos, foram apresentadas para discussão e votação diversas propostas, que vieram a ser aprovadas e que visavam:

— Composição dos grupos de trabalho que integrarão as Comissões de Estudo para a restruturação sindical — estas Comissões de Estudo (2) são compostas por trabalhadores de diversos sindicatos e reunião oportunamente.

— Composição da representação dos trabalhadores a Organização Internacional de Trabalho.

Foram dados alguns esclarecimentos prévios do modo como normalmente decorrem as Conferências da O.I.T.. Foi finalmente aprovada a lista dos componentes da delegação que estará presente em Genebra no próximo dia 5 de Junho:

Manuel da Silva — Metalúrgicos de Braga; Ângelo Ferreira — Metalúrgicos do Porto; Canais Rocha — Escritórios de Lisboa; Firmino Martins — Ferroviários; Manuel C. Lopes — Lanifícios de Lisboa; Vítor Fernandes — Escritórios e Caixeiros de Santarém; M. Teresa Vaz Pires — Serviço Social e Antero Martins — Bancários de Lisboa.

— Formação de um Secretariado da Intersindical Nacional composto pelo Secretariado da União dos Sindicatos do Sul, o Secretariado da União dos Sindicatos do Porto e qualquer outro Secretariado de possível União que se possa vir a formar na região do Centro do País.

— Estabelecimento de contactos a nível sindical com organizações internacionais visando diversos objectivos entre os quais a ajuda económica que serão centralizados e coordenados pelo Secretariado da Intersindical Nacional.

— Retirada de uma verba das ofertas já feitas por diversas Organizações Internacionais, para fazer face às despesas de organização e estruturação das Uniões.

Foram também apresentadas duas moções, ambas aprovadas por aclamação.

A primeira dirigida ao Governo Provisório:

**A Intersindical Nacional constituída pelos Sindicatos democráticos e representando cerca de um milhão de trabalhadores, reunida em sessão plenária em 16 de Maio do corrente saúda o Governo Provisório.**

**1. Deseja que a tomada de posse inicie o processo duma verdadeira democratização do País.**

**2. Formula votos no sentido de se resolverem os problemas que mais afectam os trabalhadores.**

**3. A Intersindical Nacional tudo fará para que estes objectivos sejam alcançados.**

A segunda moção dirigida às Embaixadas da Grécia, Chile e Espanha:

**A Intersindical Nacional constituída pelos Sindicatos democráticos e representando cerca de um milhão de trabalhadores, reunida em sessão plenária em 16 de Maio condena a repressão de que são vítimas os trabalhadores e dirigentes sindicais em particular e todo o povo em geral do Chile, da Grécia e da Espanha. Exige o fim imediato das medidas repressivas e a libertação de todos os militantes operários e antifascistas presos».**

O SÉCULO
LISBOA
17 MAIO 1974

## Intersindical Nacional

# O ministro do Trabalho numa reunião de 43 sindicatos

**Assumiu a maior importância a reunião ontem realizada da Intersindical Nacional e que teve lugar na União dos Sindicatos do Sul, ocupando os trabalhos grande parte do dia, desde as 10 e 30 às 18 horas, com a participação de 43 Sindicatos, um dos quais como observador.**

Registou-se a presença, de manhã, por alguns momentos, do ministro do Trabalho, Avelino Pacheco, que, após ter saudado a assembleia, justificou a aceitação do cargo como posição pessoal — independente da sua situação de director do Sindicato dos Bancários do Porto — e teceu breves considerações sobre as responsabilidades dos trabalhadores neste momento. A Intersindical desejou-lhe bons trabalhos e exprimiu a convicção de que seria possível e benéfico um trabalho ordenado, sempre salvaguardando os legítimos interesses dos trabalhadores.

Iniciados os trabalhos, foram apresentadas para discussão e votação diversas propostas, que vieram a ser aprovadas e que visavam a composição dos grupos de trabalho que integrarão as Comissões de Estudo para a reestruturação sindical — estas Comissões de Estudo (2) são compostas por trabalhadores de diversos sindicatos e reunir-se-ão oportunamente; e composição da representação dos trabalhadores à Organização Internacional de Trabalho.

Foram dados alguns esclarecimentos prévios do modo como, normalmente, decorrem as Conferências da O.I.T. Foi, finalmente, aprovada a lista dos componentes da delegação que estará presente em Genebra, no próximo dia 5 de Junho, e que são: Manuel da Silva (Metalúrgicos de Braga) Ângelo Ferreira (Metalúrgicos do Porto), Canais Rocha (Escritórios de Lisboa), Firmino Martins (Ferroviários), Manuel C. Lopes (Lanifícios de Lisboa), Vitor Fernandes (Escritórios e Caixeiros de Santarém), M. Teresa Vaz Pires (Serviço Social), e Antero Martins (Bancários de Lisboa). Outras propostas constavam da formação de um Secretariado da Intersindical Nacional composto pelo Secretariado da União dos Sindicatos do Sul, o Secretariado da União dos Sindicatos do Porto e qualquer outro Secretariado de possível União que se possa vir a formar na região do Centro do País; do estabelecimento de contactos a nível sindical com organizações internacionais, visando diversos objectivos, entre os quais a ajuda económica, que serão centralizados e coordenados pelo Secretariado da Intersindical Nacional; e da retirada de uma verba das ofertas já feitas por diversas organizações internacionais, para fazer face às despesas de organização e estruturação das Uniões.

Foram também, apresentadas duas moções, ambas aprovadas por aclamação. A primeira dirigida ao Governo Provisório é a seguinte: «A Intersindical Nacional constituída pelos Sindicatos democráticos e representando cerca de um milhão de trabalhadores, reunida em sessão plenária em 16 de Maio do corrente, saúda o Governo Provisório. 1. Deseja que a tomada de posse inicie o processo de uma verdadeira democratização do País. 2. Formula votos no sentido de se resolverem os problemas que mais afectam os trabalhadores. 3. A Intersindical Nacional tudo fará para que estes objectivos sejam alcançados.»

A segunda moção dirigida às Embaixadas da Grécia, Chile e Espanha, tem o seguinte texto: «A Intersindical Nacional constituída pelos Sindicatos democráticos e representando cerca de um milhão de trabalhadores, reunida em sessão plenária em 16 de Maio condena a repressão de que são vítimas os trabalhadores e dirigentes sindicais em participar e todo o povo em geral do Chile, da Grécia e da Espanha. Exige o fim imediato das medidas repressivas e a libertação de todos os militantes operários e antifascistas presos.»

---

**SINDICATO DOS MECANICOS DE MADEIRAS DO DISTRITO DE SANTARÉM** — Convoca os associados (sócios efectivos e contribuintes) para se reunirem com a direcção no dia 24 de Maio, às 21 horas, no Grémio do Comércio de Tomar, Rua Serpa Pinto, 55, nesta cidade, para análise e discussão da situação dos trabalhadores representados.

**COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS** — No salão de A Voz do Operário reuniu-se, ontem, a antiga 15.ª Secção de Actividades do Sindicato dos Profissionais de Escritório, constituída pelos trabalhadores do sector do Comércio de Automóveis e Acessórios, para analisar e discutir actual situação sindical.

A mesa da presidência foi constituída pelos srs. José Oliveira Hipólito e João José Oliveira e os temas discutidos distribuíram-se por três partes, a designar: informações sobre o movimento reivindicativo no ramo automóvel; orientação no sentido de se criar um sindicato vertical, que abranja especificadamente cerca de 5000 trabalhadores da indústria automóvel no distrito de Lisboa e, finalmente, a apreciação sobre a situação política do momento e o apoio dos trabalhadores ao fim da guerra colonial.

---

**SINDICATO DOS CAPITÃES, OFICIAIS NÁUTICOS E COMISSÁRIOS DA MARINHA MERCANTE** — Os tripulantes dos navios de arrasto, pesca do alto e cabo Branco («Alcântara», «Algol», «Cabo Branco», «Alcaide», «Almancil», «Alvor», «João Manuel Vilarinho», «Alvalade», «Ilha São Vicente», «Praia de Algés», «Ilha Graciosa», «Almada», «Praia de Cascais», «Alfeite», «Albufeira», «João Silva», «Praia de Âncora» e «Alpiarça»), enviaram um telegrama ao sindicato mostrando-se surpreendidos pela continuação nos corpos directivos da Docapesca de notórios fascistas. Pedem medidas imediatas.

PRIMEIRO JANEIRO

Porto 17 MAIO 1974

# Resoluções da União dos Sindicatos do Porto

A União dos Sindicatos do Porto reuniu em Plenário, na Escola Profissional do Sindicato dos Empregados de Escritório.

A ordem de trabalhos era a seguinte:

1.º — Estratégia da União; 2.º — Normas mínimas da União; 3.º — Posição da U. S. P. em relação à Previdência; 4.º — Inspecção de Trabalho e Comissões Corporativas; 5.º — Delegados e Comissões Sindicais de Empresa; 6.º — Reivindicações e formas de luta — posição a adoptar perante a actual situação política.

Estavam presentes os Sindicatos dos Electricistas, Farmacêuticos, Propaganda Médica, Motoristas, Droguistas, Alfaiates, Químicos, Cartonageiros, Panificação, Ourives, Tapeteiros, Cerâmicos, Médicos, Agência de Viagens, Carpinteiros, Seguros, Agentes Técnicos, Técnicos de Desenho, Têxteis, Marceneiros, Moagens, Construtores Civis, Metalúrgicos de Espinho, Metalúrgicos do Porto, Empregados de Escritório, Bancários, Telefonistas, Ferroviários, Viajantes, Artes Gráficas, Arquitectos e Hoteleiros, no total de trinta e dois sindicatos.

Foram aprovadas as normas mínimas do funcionamento da União.

Quanto à Previdência, os Sindicatos aprovaram uma moção dirigida aos Trabalhadores das Caixas de Previdência do Distrito do Porto.

Fora da ordem de trabalhos, foi discutida a representação dos trabalhadores na Conferência Internacional do Trabalho a realizar brevemente.

Quanto à Inspecção de Trabalho foi aprovada uma proposta.

Quanto à resolução dos conflitos individuais, que até ao momento era obrigatoriamente tentada nos organismos corporativo-fascistas denominados «Comissões Corporativas», foi deliberado tentar a negociação directa com as administrações das empresas ou com as direcções das associações patronais, antes do recurso à via judicial ou outros meios.

REPÚBLICA
LISBOA
17 MAIO 1974

# A Intersindical escolheu os representantes à próxima Conferência Internacional da O. I. T.

A reunião da Intersindical, que agrupa as Uniões dos Sindicatos do Norte e do Sul — estando também prevista a constituição da União dos Sindicatos do Centro — ocupou todo o dia de ontem e decidiu sobre diversos problemas, quer da sua organização interna, quer do estabelecimento de contactos a nível internacional, quer ainda da representação dos trabalhadores portugueses à próxima Conferência Anual Internacional da Organização Internacional do Trabalho, que se realiza em Genebra a partir de 5 de Junho.

Depois da visita do Ministro do Trabalho, a que ontem nos referimos, foram apreciadas e votadas diversas propostas. No capítulo da sua organização interna, foi aprovado uma que estabeleceu que o secretariado da Intersindical Nacional seja constituído pelos secretariados das Uniões dos Sindicatos do Norte e do Sul, a que se agregará o secretariado da possível União que possa vir a formar-se na região do centro do país.

A Comissão de Estudos da Reestruturação Sindical passou a ser constituída por duas sub-comissões, a funcionarem no Norte e no Sul, que deverão apresentar as suas conclusões no prazo de trinta dias.

Para resolver problemas de natureza financeira foi aprovada a constituição de uma comissão que fica incumbida da administração dos fundos, bem como do estudo das formas de contribuição dos vários sindicatos membros. Foi, no entanto, aprovado que, das ofertas já anunciadas por algumas oragnizações sindicais internacionais, seja retirada a verba de 500 contos para fazer face a despesas de organização e estruturação das Uniões.

Um dos pontos que ocupou mais tempo, pela oportunidade de que se reveste, foi o da escolha da delegação dos trabalhadores portugueses que há-de participar nos trabalhos da Conferência Internacional, deste ano, da Organização Internacional do Trabalho. Depois de intervenções de esclarecimento da sua forma de funcionar, prestadas por quem a ela assistiu no ano passado e que a Censura impediu de divulgar na Imprensa, foi aprovada uma proposta que indicava os seguintes trabalhadores como membros da respectiva delegação:

Manuel da Silva dos Metalúrgicos de Braga, Angelo Ferreira dos Metalúrgicos do Porto, Canais Rocha dos Escritórios de Lisboa, Firmino Martins dos Ferroviários, Manuel C. Lopes dos Lanifícios de Lisboa, Vítor Fernandes dos Esc.ºs Caixeiros Santarém, M. Tereza Vaz Pires dos Serviço Social, e Antero Martins dos Bancários de Lisboa.

Esta proposta era precedida de considerações justificativas do número de representantes escolhido e que se baseava no facto de ser a primeira vez que os trabalhadores portugueses tinham possibilidade de verdadeiramente se fazerem representar. Dado que Portugal deixou de ser um país votado ao ostracismo internacional e que nós próprios, no Mundo, deixámos de nos envergonhar de sermos portugueses e prevendo, por outro lado, que em face da inexperiência dos trabalhadores portugueses neste Organismo é da maior importância que representantes estejam presentes em todas as seis secções de trabalho em que se subdivide a Conferência Internacional, os dois restantes membros ficam disponíveis para os contactos que venham a ser solicitados.

Na escolha dos nomes houve ainda a preocupação de garantir uma representação que abranja, por forma equilibrada, trabalhadores de amplos sectores de trabalho e de diversas regiões do país.

## DUAS MOÇÕES ACLAMADAS

A sessão terminou com a apreciação de duas moções. Os trabalhadores presentes aclamaram-nas. A primeira dirigida ao Governo Provisório, acabado de empossar: «A Intersindical Nacional constituída pelos Sindicatos democráticos e representando cerca de um milhão de trabalhadores, reunida em sessão plenária em 16 de Maio do corrente, sauda o Governo Provisório.

1. Deseja que a tomada de posse se inicie o processo de uma verdadeira democratização do País.

2. Formula votos no sentido de se resolverem os problemas que mais afectam os trabalhadores.

3. A Intersindical Nacional tudo fará para que estes objectivos sejam alcançados.»

A que se segue, dirigida às Embaixadas da Grécia, Chile e Espanha:

«A Intersindical Nacional constituída pelos Sindicatos democráticos e representando cerca de um milhão de trabalhadores, reunida em sessão plenária em 16 de Maio condena a repressão de que são vítimas os trabalhadores e dirigentes sindicais em participar e todo o povo em geral do Chile, da Grécia e da Espanha. Exige o fim imediato das medidas repressivas e a libertação de todos os militantes operários e antifascistas presos.»

# PARA UMA ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO SINDICAL NO MOMENTO ACTUAL

NOTÍCIAS AMADORA 18/5/74

(Aprovado no dia 8-5-74 na Reunião Intersindical Nacional)

1 — A existência de Sindicatos Democráticos, fortes e virados para a defesa dos interesses dos trabalhadores, só será possível com a liquidação total do regime fascista, com a conquista das liberdades fundamentais.

Por isso, no momento presente, o objectivo fundamental da classe operária e restantes massas trabalhadoras deverá ser a consolidação das conquistas já alcançadas, base indispensável à criação dum Estado Democrático.

2 — A conquista de tal objectivo pressupõe a luta unida, firme e intransigente dos trabalhadores contra todos os focos da reacção, em unidade com as demais forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas.

Esta luta resulta do facto de que as forças e estruturas fascistas não estão ainda destruídas — nem o poderão estar em breves semanas — e que há que abater 50 anos de criações reaccionárias. Por outro lado, há que criar as necessárias condições subjectivas, que impeçam, também elas, o retorno ao regime de terror e opressão que foi derrubado em 25 de Abril.

3 — Nesta fase da luta dos trabalhadores, que necessariamente terá que ser unitária com todas as forças anti-fascistas, é imperioso que a estratégia sindical se apoie numa perspectiva de organização, de melhoramento do nível de vida de todo o Povo Português, de assegurar uma Previdência digna, reestruturada e gerida pelos beneficiários.

4 — A organização dos trabalhadores, que se liga directamente à reorganização sindical, deve ter um papel importante na estratégia sindical para os meses mais próximos, talvez mesmo o ano mais próximo. Ela deve ser levada a efeito desde a empresa até às Uniões ou Federações, até à Confederação. Ela será uma das maneiras de extirpar em definitivo os resíduos do fascismo e, por outro lado, será o alicerce em que se apoiará a luta futura dos trabalhadores no plano reivindicativo.

5 — O melhoramento geral do nível de vida do Povo Português é uma necessidade imediata. Mas a luta por tal objectivo deverá inserir na luta pela liquidação do fascismo e construção do Portugal Democrático. No momento presente ela deve representar o resultado lógico do derrubamento do regime corporativo-fascista e não o aproveitamento feito por arrivistas e oportunistas que, objectivamente, fazem o jogo da reacção.

6 — Com a liquidação do regime fascista terminou todo o complicado processo de contratação colectiva que o corporativismo impôs aos trabalhadores. Mas a liquidação prática e efectiva de tal processo ainda está por completar. Urge, pois, ultimá-la, impondo a negociação entre os trabalhadores e patrões, sem interferência da Administração.

REPÚBLICA
LISBOA
18 MAIO 1974

# DELEGAÇÃO DA C. I. S. L. VISITOU A INTERSINDICAL

A partir das 10 horas da manhã, uma comissão de representantes da C.I.S.L. (Confederação Internacioal dos Sindicatos Livres), com sede em Bruxelas, foi recebida oficialmente pelo Secretariado da Intersindical, nas suas instalações em Lisboa.

A comissão estrangeira, chegada a Lisboa ontem à noite, era composta pelos srs. Otto Kersten, secretário-geral da C. I. S. L., Georges Debune, secretário-geral da Federação Geral do Trabalho da Bélgica, Wimkok, presidente da Federação dos Sindicatos dos Países Baixos, Andre Braconier, do Secretariado Profissional Internacional do Ensino que representa também a Internacional do Pessoal dos Correios Telégrafos e Telefones e a Internacional dos Serviços Públicos, Detles Servas, assistente do secretário-geral da Federação Internacional dos Trabalhadores dos Têxteis, do

(Continua na 18.ª pág.)

Aspecto da mesa que presidiu à Intersindical

# A C. I. S. L. NA INTERSINDICAL

(Continuado da 1.ª pág.)

Vestuário e do Couro, Enzo Friso, do secretariado da C. I. S. L. e secretário desta missão, Lenart Bodstrom, presidente da P. C. O. da Suécia, Yonah Yaegol, representante na Europa do Histadrute de Israel Ivar Noren, secretário-geral da Federação Internacional dos Trabalhadores de Metalurgia, Heribert Maier, secretário-geral da Federação Internacional dos Empregados e dos Técnicos e Tom Barin, secretário-geral da Federação Internacional dos Trabalhadores das Plantações e da Agricultura e dos sectores conexos.

Falou em primeiro lugar o chefe da missão, Otto Kersten, que manifestou a sua alegria por estar em Portugal e o seu regozijo pela libertação do nosso povo.

Otto Kersten, depois de lembrar o papel que a C. I. S. L. sempre desempenhou no ataque às estruturas sindicais do fascismo, nomeadamente junto da Orgnização Internacional do Trabalho, prometeu a ajuda aos trabalhadores portugueses do organismo que representa e dirige. Disse ainda que outros membros da comissão falariam de aspectos mais concretos da ajuda da sua organização.

A finalizar, frisou que a C. I. S. L. tem procurado a consecução de uma política de unidade sindical que é a única forma pela qual os trabalhadores poderão construir uma sociedade verdadeiramente democrática.

Em nome do Secretariado da Intersindical, falou depois Canais Rocha que, num improviso, fez o ponto das dificuldades do movimento sindical português, tanto ao nível da necessidade da democratização das estruturas existentes como, fundamentalmente, da sua reestruturação de forma a que ele possa efectivamente vir a defender os interesses dos nossos trabalhadores.

Referiu-se concretamente à necessidade de criar estruturas sindicais, sobretudo para aqueles trabalhadores que estavam impedidos de o fazer pelo fascismo. Este era o caso dos trabalhadores agrícolas, dos pescadores e dos funcionários públicos que representam cerca de um terço dos trabalhadores portugueses.

Canais Rocha agradeceu as propostas de ajuda que lhe estavam a ser feitas e considerou-as como fundamentais para o desenvolvimento do sindicalismo em Portugal, para, de imediato, pedir que lhe fosse dado conhecimento objectivo dos sistemas de organização dos trabalhadores no mundo inteiro, em face do desconhecimento que impera nas nossas estruturas sobre o sindicalismo internacional, e isto com vista à criação de um sindicalismo português forte e unitário.

Referiu em seguida que a primeira missão dos sidicalistas portugueses é colaborar estreitamente com as Forças Armadas, para a manutenção da liberdade democrática e lançamento das bases de uma sociedade verdadeiramente democrática que seja característica do Portugal novo.

A conferência prossegue.

## CONFERÊNCIA DE IMPRENSA AMANHÃ

A comissão de representantes da C. I. S. L. dará amanhã uma conferência de Imprensa, pelas 11 horas, no Hotel Altis, na Rua Castilho.

SÉCULO ILUSTRADO
LISBOA
18 MAIO 1974

# Actividades sindicais

Imediatamente após a queda do regime fascista os trabalhadores portugueses, aproveitando as novas condições, e sob o impulso do programa das Forças Armadas, apresentaram-se decididos a tornar efectiva uma verdadeira evolução. Os sindicatos amordaçados pelo sistema corporativista reaparecem, assumindo o seu verdadeiro lugar como instrumentos unificadores e dinamizadores da classe trabalhadora. A escalada de repressão contra os sindicatos acabava, a exploração do patronato que as estruturas sindicais anteriores defendiam podia enfim ser combatida, clara e por direito, pelos trabalhadores.

A análise das novas condições criadas pela revolução militar de 25 de Abril e as novas perspectivas que se abriram aos sindicatos foram objecto de estudo imediato por quinze sindicatos, tendo no final publicado o seguinte comunicado:

"Os sindicatos signatários (1) tendo tomado conhecimento da proclamação hoje feita ao país pelo M. F. A., onde se anuncia o fim do regime de opressão fascista, que sempre se identificou exclusiva e criminosamente com o poder económico monopolista, impondo níveis de vida verdadeiramente miseráveis ao país, e considerando que:

foi a movimentação dos trabalhadores em luta ao longo dos últimos 50 anos, não obstante, violentamente reprimida, que criou condições para o êxito do M. F. A.;

a efectiva libertação económica e política da classe trabalhadora, face a toda e qualquer reacção, só pode concretizar-se com a consciente e imediata participação de todos os trabalhadores no processo ora iniciado;

para além do desejado, urgente e amplo debate do que deverá ser o futuro sindical do nosso país, a realizar em Assembleias Gerais a convocar brevemente;

Entendem que são reivindicações imediatas, fundamentais e intransigentes de todos os trabalhadores, aliás, numa linha de concretização prática de declarações de princípio expressas pelo M. F. A., as seguintes:

**1 — Primeiro de Maio como feriado;**

**2 — Total liberdade sindical com ratificação da Convenção número 87 da O. I. T.;**

**3 — Que sejam repostas as Liberdades Individuais do Povo Português;**

**4 — Fim à carestia da vida;**

**5 — Aumento imediato de salários e instituição do salário mínimo nacional;**

**6 — Redução do horário de trabalho semanal para 40 horas, em 5 dias;**

**7 — Reintegração nos seus locais de trabalho de todos os trabalhadores despedidos abusivamente pela sua actividade sindical;**

**8 — Liberdade de reunião e associação;**

**9 — Imprensa completamente livre. Responsabilidade das redacções na orientação das publicações;**

**10 — Administração da Previdência exclusivamente pelos trabalhadores;**

**11 — Federação em Organismos Internacionais Sindicais;**

**12 — Direito à Greve;**

**13 — Extinção total da P. I. D. E./D. G. S. e julgamento público dos seus membros;**

**14 — Liberdade imediata de todos os presos políticos.**

**VIVA A CLASSE TRABALHADORA VIVA PORTUGAL."**

*Assinam: (1) Sindicato dos Técnicos de Desenho; dos Caixeiros de Lisboa; dos Seguros de Lisboa; dos Metalúrgicos de Lisboa; dos Químicos de Lisboa; de Radiodifusão e Telecomunicações; dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca; dos Transportes Urbanos de Lisboa; dos Bancários de Lisboa; da Propaganda Médica; dos Jornalistas; dos Lanifícios de Lisboa; dos Caixeiros e Escritórios de Santarém; do Serviço Social; dos Electricistas de Lisboa.*

## A INTERSINDICAL TOMA DECISÕES

Na F. N. A. T., com a participação de 39 sindicatos, reuniu-se entretanto a Intersindical com a presença dos representantes da Confederação Francesa Democrática do Trabalho e das Federações dos Trabalhadores da Suécia, da Dinamarca, da Finlândia e da Noruega.

"Com a liquidação do regime fascista terminou todo o complicado processo de contratação colectiva que o corporativismo impôs aos trabalhadores. Mas a liquidação prática e efectiva de tal processo ainda está por completar. Urge, pois, ultimá-lo, impondo a negociação directa entre os trabalhadores e patrões, sem interferências da Administração Pública."

A Intersindical Nacional, que reuniu todo o dia, e cuja reunião prosseguirá, não esgotou a agenda de trabalhos. Assim, o primeiro ponto a ser debatido dizia respeito à representação dos trabalhadores no Ministério do Trabalho e a sua participação no Governo provisório.

Seguiu-se a aprovação da estratégia do Movimento Sindical no momento actual e, depois, a discussão do problema provocado pelo jornal "Época". O último ponto constante da agenda, o de se proceder à elaboração das linhas mestras da reorganização sindical seria analisado depois.

Um dos pontos tratados foi a estratégia sindical, tendo a Intersindical aprovado a seguinte proposta: "A estratégia sindical deve pois basear-se na organização sólida dos trabalhadores, na sua acção coordenada e unitária com todas as forças antifascistas, para o aprofundamento das herdades democráticas com o fim de construir e consolidar um Estado democrático. Esta estratégia é produto do momento político que começou em 25 de Abril e que irá, pelo menos, até ao fim do Governo provisório."

DIÁRIO DE LISBOA
LISBOA
19 MAIO 1974 (6C)

OUVINDO A INTERSINDICAL

# QUE SINDICALISMO VAMOS TER?

**Costa Pereira (Propaganda Médica), Vítor Silva (Bancários), Antero Martins (Bancários), Álvaro Rana (Propaganda Médica) e Canais Rocha (Escritórios) são alguns dos membros do secretariado de Lisboa da Intersindical Nacional Reunido com eles, um redactor do «Diário de Lisboa» procurou averiguar quais serão em seu entender, os caminhos futuros do sindicalismo em Portugal Da conversa havida, damos, a seguir, conta aos nossos leitores**

**COMO SURGIU A INTERSINDICAL**

«DIÁRIO DE LISBOA» — **Antes do mais, gostaríamos que nos explicassem como surgiu a Intersindical.**

**ANTERO MARTINS** — A criação das Intersindicais correspondeu à necessidade de que os trabalhadores sentiram de se organizarem. Acho que deveremos começar por rever o processo que se desenrolou de 1968 para cá, a fim de podermos ter uma perspectiva global do que foi a luta dos trabalhadores, dentro dos sindicatos fascistas, até este momento.

Assim, em 1968, vários sectores profissionais começaram a sentir a necessidade de conquistarem os sindicatos fascistas, de terem direcções verdadeiramente representativas dos interesses dos trabalhadores. Alguns conseguiram-no, mas só em 1969 essas direcções tomaram posse. Começou-se, então a lutar na defesa dos profissionais desses sindicatos, tendo-se especialmente em conta a contratação colectiva, a qual, até à data, não tinha prazos de negociação, não atendendo os grémios, em nada, às reivindicações dos trabalhadores.

Isso tornou-se possível, mercê do movimento grevista de 1968, uma vez que o Governo foi obrigado a emanar nova legislação sindical que, não servindo verdadeiramente os interesses dos trabalhadores, deixava porém, margem a determinado tipo de reivindicações, ao nível dos contratos colectivos de trabalho. Essa legislação era constituída pelos Decretos 49 212 e 49 058.

Como os trabalhadores se iam organizando, a partir de 1969, dentro dos sindicatos, e conseguindo melhores condições de trabalho, novidade em que não estava interessado o patronato — nem o próprio Governo — começaram a sair decretos que retiravam aquilo que já estava conseguido. Disso é exemplo o Decreto 49 270, que veio cercear a possibilidade de o tribunal arbitral ser constituído por um representante do sindicato e outro do grémio, os quais, entre si, escolhiam o árbitro presidente. Este último, passou a ser nomeado pelo Ministério. Os trabalhadores ficaram, portanto, através dessa medida, em minoria nas arbitragens.

A partir daí, os trabalhadores de todas as actividades sentiram necessidade de se organizarem em conjunto.

Em fins de 1970, os sindicatos fizeram o primeiro encontro nacional, a que veio a ser dado o nome de Intersindical, para discutirem a situação. Tomaram posições conjuntas relativamente à legislação que foi saindo mas nunca encontraram ouvintes junto do Governo fascista.

Em 1971, a organização começou a alargar-se e quando se atingiram grandes movimentações de massas — por exemplo, a ida dos caixeiros a S. Bento, onde foram violentamente reprimidos pela polícia — deu-se a prisão, em Junho, de alguns dirigentes sindicais, como foi o caso de António dos Santos (Jornalistas), Maria Júlia (Caixeiros), Manuel Candeias (Metalúrgicos) e Daniel Cabrita (Bancários). Houve, nessa altura, grandes manifestações de solidariedade dos bancários a Daniel Cabrita, como todos estamos recordados, ante violenta repressão policial. Os sindicatos dos Bancários de Lisboa e do Porto foram, então, encerrados. Aí, deu-se uma queda, quer por falta de organização dos sindicatos, quer porque, destes, nem todos os que estavam na Intersindical tinham uma consciência política e sindical suficientes.

Mesmo assim, os trabalhadores começam a estruturar-se, ao nível de delegados na empresa, da formação de grupos de trabalho dentro dos sindicatos e da partida para a reconquista destes últimos, os quais, mesmo sendo fascistas, ainda eram o local onde se podia trabalhar na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Em 1972, dá-se uma nova reorganização e inicia-se uma luta contra a legislação que tinha saído, pela realização de assembleias-gerais, reuniões, etc.. Saiu ainda um decreto, mediante o qual um curador foi ocupar as funções administrativas nos sindicatos. Digna de nota, foi também a repressão que o Governo exerceu sobre a direcção da Ordem dos Médicos.

Chegados a 1973, devido ao aumento do custo de vida, incentivou-se a luta dos trabalhadores por melhores salários. Até Outubro não saíram decretos repressivos, talvez devido às eleições desse ano e à campanha democrática então levada a cabo. Nesse mês sai, no entanto, uma portaria que institui a regulamentação dos empregados dos organismos corporativos, vindo coactar a autonomia dos dirigentes sindicais em recrutar todos os elementos que achassem por bem empregar nos sindicatos, para assim colaborarem na dinamização do próprio organismo.

**ÁLVARO RANA** — Parece-me que seria também de salientar a importância do arranque deste movimento, para uma tomada de posição dos organismos internacionais, que exigiram ao Governo português a existência de um sindicalismo em moldes completamente diferentes daqueles que o Governo corporativo impunha aos trabalhadores.

Por outro lado, a agudização das condições de vida do povo português foi originada pelas lutas que os movimentos de libertação dos povos africanos vinham impondo, com particular reflexo no aumento do custo de vida, dado os preços subirem descontroladamente.

No início de 1974, os trabalhadores assistiram a uma proliferação de decretos de carácter repressivo, que tinham em vista a total supressão da vida sindical. O Governo queria, por tal processo, travar o desenvolvimento de uma luta que incluia, nessa altura, aspectos de organização que ele se sentia impotente para contrariar, a não ser à custa de sua polícia política e de todas as formas de repressão utilizadas.

Acrescente-se ainda que a movimentação em 1969, por alturas das eleições, foi já reforçada pelos movimentos sindicais dos trabalhadores e dos seus dirigentes, que entendiam ter de haver, para a defesa dos seus interesses, uma perspectiva política e participação.

Além disso, depois de 1969, na tentativa de organização do movimento democrático, que o governo fascista quis impedir a todo o custo, muitas pessoas tiveram de canalizar as suas energias para as cooperativas, sindicatos e outras organizações, tais como sociedades recreativas, secções culturais, etc.. Essa atitude veio permitir o aparecimento de novos quadros e um avanço cada vez maior na conquista dos sindicatos.

**COSTA PEREIRA** — Parece-me que poderemos dizer, em síntese, que o desenvolvimento da luta dos trabalhadores, as suas tentativas de organização, assumem maior expressão com a Intersindical e reflectem a nítida oposição dos trabalhadores ao Governo corporativo. Só assim se pode entender que, postos perante todas as formas de repressão, eles tenham conseguido, nas condições mais difíceis, opor-se a uma política que lhes era inteiramente desfavorável.

**«SÓ SINDICATOS COM DIRECÇÕES REPRESENTATIVAS DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES»**

«D.L.» — **Porque é que alguns sindicatos ainda não aderiram à Intersindical, mantendo-se na expectativa?**

**CANAIS ROCHA** — A Intersindical Nacional é formada, neste momento, por duas Uniões (a União dos Sindicatos do Porto e a

Continua na pág. 14

Continuação da pag. 4

# QUE SINDICALISMO VAMOS TER?

União dos Sindicatos do Sul) e mais alguns sindicatos que ainda não aderiram totalmente à Intersindical, embora enviem os seus representantes às reuniões. O total de sindicatos integrados na Intersindical é ainda inferior a uma centena. Isto significa que se atingiu apenas cerca de um quarto do total dos sindicatos existentes no País. Contudo, o número de pessoas integradas já ultrapassa um milhão, ou seja, dois terços dos trabalhadores sindicalizados.

A razão de ainda não se ter passado da integração de cerca de um quarto dos sindicatos resulta de só serem admitidos, através das Uniões ou de aderências a estas, aqueles cujas direcções tenham sido eleitas democraticamente e sejam representativas dos trabalhadores, e os que possuam comissões eleitas após a demissão de direcções fascistas ou de comissões administrativas e sejam da confiança dos trabalhadores.

Muitos ainda não estão na Intersindical Nacional por terem à sua frente direcções (herdadas do antigo regime) de lacaios do patronato e do fascismo que ainda não foram «varridas» pelos trabalhadores, ou por ainda estarem em situação de «impasse», não tendo definido a sua posição.

Em síntese, quero referir que só podem ser englobados na Intersindical Nacional os sindicatos cujas direcções sejam representativas dos trabalhadores. E esta a imposição que se faz para a sua admissão. Não existe, pois, qualquer outra corrente ou qualquer outra posição que faça com que os sindicatos não adiram à Intersindical Nacional. O que se constacta, dia a dia, é que muitos sindicatos, «corrida» a direcção fascista que ali se encontrava anichada, contactam logo as Uniões, pedindo a sua integração, ajuda, apoio, etc..

**DOIS SECRETARIADOS**

«DL» — **Qual a estrutura da Intersindical? Como se opera a representação dos Sindicatos?**

**Canais Rocha** — Como já aqui foi dito, a Intersindical é constituída por duas Uniões — a União dos Sindicatos do Porto (que já abrange mais de três dezenas desses organismos, com comissões representativas dos trabalhadores ) e a União dos Sindicatos do Sul (cujo número de sindicatos filiados, nas mesmas condições, já ultrapassa as quatro dezenas). Os sindicatos do centro do País, ou estão a pedir para aderirem à União dos Sindicatos do Sul — como é o caso dos Sindicatos dos Empregados de Escritório e Caixeiros de Santarém — ou estão representados através de outros sindicatos, ou aderem ainda à União dos Sindicatos do Porto.

No Sul e no Norte funcionam secretariados, sendo nesta altura o de Lisboa formado por sete sindicatos e o Porto por cinco. O conjunto destes dois secretariados forma o secretariado da Intersindical Nacional.

A ligação dos sindicatos a cada uma destas Uniões e, consequentemente, à Intersindical Nacional, opera-se do seguinte modo: sindicato que até à queda do regime fascista tinha uma direcção contrária aos interesses dos trabalhadores (direcção fascista, comissão administrativa, etc.), uma vez «varrida» essa direcção, a comissão que toma conta do organismo convoca uma assembleia em que é ratificada como comissão directiva até à realização de eleições e entra em contacto com uma das Uniões. Envia uma credencial em que confirma que os respectivos delegados fazem parte da comissão directiva que tomou o sindicato ou são seus representantes e pede para se filiar na respectiva União. O secretariado de cada uma das Uniões submete posteriormente à sua assembleia a ratificação da admissão à mesma do sindicato assim proposta. A partir desse momento, estão reunidas todas as condições para que ele participe, de pleno direito, nas assembleias da Intersindical Nacional.

**OBJECTIVOS**

«DL» — **Quais os objectivos concretos, imediatos e a longo prazo, da Intersindical?**

**Antero Martins** — Os objectivos imediatos da Intersindical são uma maior unidade da classe trabalhadora, uma consolidação das conquistas já verificadas e de outras conquistas a fazer, de acordo com todo o movimento democrático. A consolidação, portanto, desta unidade que se gerou no 25 de Abril, que é a unidade das Forças Armadas com o povo.

Entretanto, estão já definidas em dois documentos, saídos da Intersindical (aprovados pela sua assembleia), as linhas de estratégia e organização que os sindicatos estão efectivamente a seguir.

**RELAÇÕES COM O MOVIMENTO SINDICAL INTERNACIONAL**

«DL» — **Existem ligações ao movimento sindical internacional?**

**Vítor Silva** — Se me pergunta se existem filiações, reponder-lhe-ei que não. Há, sim, relações com as maiores confederações internacionais de trabalhadores e com várias organizações nacionais estrangeiras, também de trabalhadores. Já tivemos contactos com representações da F.S.M., da C.N.T. e da CISNE: Além disso, já cá estiveram também delegações com que se manteve conversas tendo-se recebido ofertas de ajuda, de solidariedade e de futuros contactos, nomeadamente do Norte da Europa, da França, da Bégica, da Itália, etc..

É intenção da Intersindical estreitar o mais possível tais relações de amizade. Para esse fim, pensa-se, até, criar um serviço especial.

**Canais Rocha** — Em complemento da resposta do camarada Vítor Silva, desejo acrescentar que na reunião da Intersindical Nacional, efectuada no dia 16, foi decidido ser um secretariado da mesma a centralizar e a coordenar as relações com as confederações nacionais e internacionais do trabalho e, bem assim, toda a solidariedade material provinda das mesmas, tendo em vista actuar rapidamente nas relações com esses organismos e evitar que as ajudas materiais fornecidas aos trabalhadores portugueses se dispersem pelos canais nem sempre mais convenientes.

**UNIDADE COLABORAÇÃO E VIGILÂNCIA**

«DL» — **A Intersindical Nacional está ligada (ou dispõe de apoios de) partidos políticos?**

**Canais Rocha** — A prova cabal das melhores relações com os partidos e organizações políticas existentest no nosso País foi-nos dada no 1.º de Maio, quando dirigentes sindicais e trabalhadores participaram, lado a lado, quer no desfile, quer no comício efectuado no Estádio 1.º de Maio. Torna-se evidente que este apoio é programático, na medida em que os partidos e organizações políticas já existentes no nosso País estão viradas para a consolidação das conquistas já alcançadas e lançamento das bases que levem à instauração de um Estado democrático. Estes objectivos, como define o documento «Para uma Estratégia do Movimento Sindical», no Momento Actual», coincidem com os objectivos da Intersindical Nacional. Podemosl então afirmar que existe um intento de coligação de fins entre a Intersindical e as associações políticas e partidos políticos representativos dos trabalhadores e do povo português, em geral. Contudo a Intersindical, no seu conjunto, é uma organização unitária, antifascistas e independente, não subordinada a qualquer partido ou organização política. Os seus quadros podem e devem ter a filiação política que desejarem, mas a Intersindical reserva-se o direito de colaborar com esses partidos políticos sempre que estejam em jogo os interesses dos trabalhadores e do povo português, amntendo, no entanto, um papel de crítica e de vigilância no que se refere à actuação dos ministros representantes desses partidos no Governo Provisório que se acaba de formar. Na reunião da Intersindical, efectuada no passado dia 16, elaborou-se um documento, para enviar ao Governo, em que se dizia isso mesmo.

**DEFENDER A PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS**

«DL» — **Qual a posição da Intersindical perante a movimentação de trabalhadores nas empresas? As suas reivindicações devem ser canalizadas para os sindicatos ou, pelo contrário, é correcta a sua actuação nos moldes actuais?**

**Canais Rocha** — No seu documento «Para uma Estratégia do Movimento Sindical no Momento Actual», a Intersindical definiu as linhas-mestras que deverão presidir à movimentação dos trabalhadores à escala nacional. No entanto, constacta-se que em todo o País estão a ser desencadeadas inúmeras greves, visando, muitas delas, objectivos de reivindicações, elevação rápido dos salários, demissão de administrações, intervenção na própria administração (e, nalguns casos, de co-gestão), situações irregulares, etc., etc,.

A Intersindical reconhece que os trabalhadores têm todo o direito a desencadear movimentos reivindicativos que sejam um condicionalismo natural das conquistas já alcançadas, em aliança com o Movimento das Forças Armadas e todas as forças antifascistas. Repito: que sejam dentro deste condicionalismo, reivindicações possíveis de concretizar. Desigualdades e injustiças flagrantes podem, em vários sectores e ao nível das diversas empresas, ser imediatamente solucionadas. Mas a experiência mostra-nos que a reacção actual, a vários níveis, de formas muito subtis, aproveitando-se, por um lado, da gritante desigualdade social e económica existentes no movimento dos trabalhadores de várias partes do País e mesmo dentro de cada empresa e, por outro lado, da liberdade de acção de que gozam agora os trabalhadores, para fomentar certos movimentos reivindicativos que, em última instância, jogarão contra eles próprios.

Serão atingidas as pequenas e médias empresas que não poderão comportar o momento imediato de elevação rápida dos salários. Assim atiradas para a falência, aumentará, portanto, a proletarização, que irá amanhã reflectir-se no desemprego. Isso contribuirá também para a divisão dos trabalhadores, para provocar o caos económico e fazer com que, em última instância, a reacção dele aproveite.

No caso da construção civil sector alertado, aliás, da situação, pela Junta de Salvação Nacional — agentes da reacção, consciente ou inconscientemente oportunistas, andam de obra em obra, a impor aos trabalhadores a realização de greves que servem a reacção e se hão-de virar contra os trabalhadores. Apareceu também um grupo da construção civil a propor a jornada imediata de 40 horas de trabalho e o salário mínimo de seis contos. Ora, uma das maiores empresas do sector deu imediatamente ordens para que fossem aceites essas reivindicações. É estranho que empresas como esta, que no passado opusera sempre uma resistência obstinada a satisfazer reivindicações de trabalhadores e que ainda recentemente promoveu despedimentos de dirigentes sindicais, tome medidas imediatas para satisfazer as reivindicações agora apresentadas pelos trabalhadores.

O que está por detrás disso, é que essa grande empresa, ligada à multinacional I. T. T., procura afastar do campo da concorrência as pequenas empresas da construção civil e atirar os trabalhadores uns contra os outros, na medida em que nem todas, nem grande parte das empresas do sector, estão em condições de satisfazer reivindicações deste tipo.

Além disso, as reivindicações puramente oportunistas, que não tenham em conta as condições em que vivemos, são manifestas em classes, em sectores profissionais, que não têm qualquer experiência de reivindicações e de trabalho colectivo e que, mercê das circunstâncias em que nos encontramos, desencadeiam movimentos sem qualquer ligação com os interesses reais dos trabalhadores.

Portanto, se há greves absolutamente justas que visam a satisfação imediata de necessidades possíveis de atender — e esse é o caso, por exemplo do sector dos lanifícios, em que o ano passado foi o melhor de sempre e onde os salários mínimos são inferiores a dois contos, exigindo apenas os 200 mil trabalhadores que esse mínimo seja elevado para três contos e quinhentos — também é verdade que em muitos outros casos se verifica um oportunismo egoísta, que visa ultrapassar reivindicações de tal modo incomportáveis pela economia nacional, que jogarão contra os interesses dos trabalhadores.

É preciso alertar os trabalhadores no sentido de dirigirem a sua luta reivindicativa paralelamente e em colaboração com as direcções dos seus sindicatos verdadeiramente representativos.

Devemos ainda acrescentar que toda a experiência da luta reivindicativa no terreno das greves, foi baseada nas lutas das empresas: os sindicatos corporativos estavam impedidos de declarar a greve. Ao longo dos anos, os trabalhadores verificaram que, quando se dirigiam a esses sindicatos, eles não lhes podiam dar qualquer apoio na prática, era nas empresas que eles tinham de desencadear as suas greves, dirigindo-as como melhor soubessem e pudessem. Sendo assim, não é possível modificar racionalmente esta situação, mas é preciso às direcções dos sindicatos e aos trabalhadores fazerem um esforço no sentido de compreenderem a alteração de forças verificada. As greves podem e devem ser dirigidas pelos sindicatos, mas tendo bem presente que elas são uma forma superior de luta, que só deve ser utilizada depois de esgotadas todas as outras formas de actuação e que o desencadear sucessivo de muitas greves só serve a reacção — não serve os trabalhadores, nem servem a Nação.

Para terminar, gostaria de referir que, enquanto não forem eliminadas as causas que provocaram o aumento galopante do custo de vida — embora se deva realçar que desde o 25 de Abril, o custo de vida não subiu (situação que dificilmente se manterá por muito tempo, pois as causas subsistem) — durante o tempo que durar a guerra colonial que está a consumir a Nação em vidas e em bens — a economia nacional não está preparada, em muitos sectores, para uma elevação rápida dos salários. É preciso, pois, que, ao mesmo tempo, exijamos a satisfação rápida de muitas das nossas reivindicações, o fim imediato da guerra colonial, a abertura de negociações e que seja estancada de vez a sangria da Nação. Atentemos na circunstância de quase metade do orçamento geral da Nação estar a ser gasto improdutiva e criminosamente nas guerras coloniais.

**INTERSINDICAL: RECONHECIDA OU NÃO (OFICIALMENTE) PELA JUNTA?**

«D. L.» — **A Intersindical já foi reconhecida oficiosamente ou não?**

**ÁLVARO RANA** — Não há, de facto, nenhuma declaração que nos possa levar a afirmar que há um reconhecimento oficial ou oficioso da Intersindical. No entanto, as relações entre os seus representantes e o Movimento das Forças Armadas têm-se processado da forma mais cordial. Inclusivamente, foram-nos dadas condições para que o Movimento Intersindical possa ir produzindo um trabalho de interpretação do que virá a ser a organização sindical para o futuro.

Pensamos também que esta situação se reveste de aspectos idênticos com o que se passa com os partidos políticos e com todas as organizações de carácter colectivo. Admitimos ainda que, com a entrada em funções do novo Governo Provisório se opere o reconhecimento oficial da Intersindical Nacional.

**SALÁRIO MÍNIMO E ECONOMIA NACIONAL**

«D. L.» — **A Intersindical fixou já um salário mínimo generalizado? Em caso afirmativo, a que atendeu para o fixar?**

**VÍTOR SILVA** — No seguimento da acção desenvolvida pela Intersindical, ainda no tempo do fascismo e segundo o que tinha provado ser uma boa táctica de luta, haviam sido determinados pontos bastante concretos de reivindicações a desenvolver por todos os sindicatos integrados nessa altura. Um desses pontos foi o salário mínimo.

É claro que o problema é complexo. Haveria que determinar questões como, por exemplo, o produto nacional, pois se teria de ter em conta o desenvolvimento económico do País, o próprio desenvolvimento nacional, regional, sectorial, etc. Contudo, nessa altura, havia que mobilizar as pessoas para a reivindicação de necessidades sentidas pelo povo português (mais concretamente, pelo trabalhador português). O salário mínimo era uma exigência que se impunha e, de resto, foi nesta perspectiva que os Metalúrgicos desenvolvem a sua campanha de seis mil escudos de salário mínimo para o sector, o que estava, portanto, dentro do que havia sido lançado pela Intersindical (de uma das possíveis vias: salário mínimo sectorial). Foi, aliás, o próprio sector a determinar quanto seria o seu salário mínimo. Isto atingiu a opinião pública com muita força.

Em sectores como o dos Delegados de Propaganda Médica, dos Bancários e outros assim, o problema tinha de ser equacionado em moldes diferentes dos dos Metalúrgicos.

Veio, então, o 25 de Abril e, demagogicamente, vários sectores, impulsionados por esquerdismo e oportunismo, têm reivindicado salários mínimos, enunciando a quantia de seis mil escudos, antes pedida pelos Metalúrgicos, que se tornou vulgar em todo o País. Isto, na nossa opinião, é muito perigoso, porque não se equaciona toda a problemática da questão: poder ecońmico do sector, pequenas empresas, etc. Para já, segundo os dados que temos o salário mínimo de seis mil escudos **a priori**, uma impossibilidade, dado o estado actual da economia portuguesa.

..Resumindo: não está ainda determinado se será conveniente o estabelecimento quantitativo de um salário mínimo nacional, se de um salário mínimo regional, se de um salário sectorial. Frisamos, mais uma vez, que é extremamente perigosa — mentirosa, mesmo — a determinação de um salário mínimo de seis mil escudos para todo o trabalhador português. Pode provocar um caos económico, a anarquia política, que só será aproveitada pelas forças de reacção. Há que reforçar ainda que a possibilidade de se vir a cair numa anarquia política com graves problemas económicos, criaria problemas à unidade entre as forças trabalhadoras e a Junta (ou o Movimento das Forças Armadas) e obrigaria este Movimento a intervir, o que prejudicaria, repito, a necessária frente unida para a consolidação do Estado democrático.

Por outro lado, note-se no aspecto negativo de se estar a lançar as massas trabalhadoras numa reivindicação que, pela possibilidade de se vir a obter, será susceptível de criar condições subjectivas prejudiciais ao reforço da unidade dos trabalhadores.

**ÁLVARO RANA** — Também pensamos que a aparição deste tipo de reivindicações assenta no desequilíbrio que existia no regime deposto, em relação a preços que eram praticados, dos salários de então. Isso colocava os trabalhadores, em muitos casos, perante dificuldades insuperáveis. Deve, pois referir-se que o estabelecimento de uma plataforma equilibrada não pode assentar exclusivamente sobre os salários, mas numa política, a determinar, de congelamento de preços, que incida sobre os bens de que os trabalhadores tenham mais necessidade. Estou-me a recordar, a título de exemplo, do que se passa com o problema da habitação. Pelo Governo Provisório, haverá uma política a estabelecer, que permita aos trabalhadores condições que não tinham na grande maioria dos casos, de segurança e higiene, a preços que não criem as dificuldades que a política do Governo explorador vinha permitindo.

**CANAIS ROCHA** — Temos estado a falar de dificuldades com que se debatem os trabalhadores do movimento sindical. São inevitáveis no momento em que vivemos. Mas se a existência dessas dificuldades nos preocupa, também temos consciência que muitas delas são uma situação criada por 48 anos de fascismo. Certos movimentos, certas exclusões, não são mais nem menos do que uma carga emocional largamente acumulada que agora explode com toda a força. Acreditamos que esta situação será rapidamente ultrapassada e as closas voltarão ao seu lugar, pois temos confiança nas massas trabalhadoras, e no povo português.

Nesse sentido, a Intersindical através dos seus sindicatos, tudo fará para intervir activamente no processo, dirigindo os trabalhadores no melhor sentido. Os trabalhadores que hoje estão representados no Governo. Os trabalhadores que, ao longo da história do fascismo, deram provas de maturidade, consciência de classe, consciência política, encarnando os ideais da sociedade nova em que todos desejamos construir. Por isso, repito, nós estamos conscientes e tudo faremos para vencer essas dificuldades. Não deixaremos que a reacção marque pontos e agiremos em conformidade, no intuito de encaminhar as reivindicações dos trabalhadores ao encontro das reivindicações gerais do povo português. Elas serão parcialmente resolvidas durante a vigência do Governo Provisório, mas deverão continuar — e então sim numa outra perspectiva — no Portugal democrático que esperamos comece a vigorar no próximo ano.

# União dos Sindicatos do Porto

D. Not 19/5/74

PORTO — A União dos Sindicatos do Porto reuniu-se em plenário, na escola profissional do Sindicato dos Empregados de Escritório.

A ordem de trabalhos foi a seguinte:

1. Estratégia da união; 2. normas mínimas da união; 3. Posição da U.S.P. em relação á previdência; 4. inspecção de trabalho e comissões corporativas; 5. Delegados e comissões sindicais na empresa; 6. Reivindicações e formas de luta — posição a adoptar perante a actual situação política.

PORTO

19 MAIO 1974 Porto

# O ministro do Trabalho presente na Intersindical

Quarenta e três sindicatos (um dos quais como observador) participaram numa reunião intersindical realizada, ontem, na União dos Sindicatos do Sul e na qual esteve durante algum tempo o ministro do Trabalho, Avelino Pacheco Gonçalves, que fez breves considerações acerca das responsabilidades dos trabalhadores, no momento presente.

Foram aprovadas diversas propostas visando a composição dos grupos de trabalho que integrarão as comissões de estudo para a reestruturação sindical; a representação dos trabalhadores à O. I. T.; a formação de um Secretariado do Intersindical Nacional; o estabelecimento de contactos com organizações internacionais, etc.

Foram também aprovadas duas moções, uma delas de saudação ao Governo Provisório e de confiança na sua acção, e a segunda, dirigida às embaixadas da Grécia, Chile e Espanha do seguinte teor:

«A Intersindical Nacional constituída pelos sindicatos democráticos e representando cerca de um mihão de trabalhadores reunida em sessão plenária em 16 de Maio condena a repressão de que são vítimas os trabalhadores e dirigentes sindicais em particular, e todo o povo em geral do Chile, da Grécia e da Espanha. Exige o fim imediato das medidas repressivas e a libertação de todos os militantes operários e antifascistas presos».

DIÁRIO DE LISBOA
LISBOA
20 MAIO 1974

# CENTRALIZADA NA INTERSINDICAL A COORDENAÇÃO DO SINDICATO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

Mais de dois mil funcionários públicos de todo o País reuniram-se ontem, no Pavilhão dos Desportos, em longo plenário com vista a estudar as formas de organização da vida sindical dos trabalhadores da administração pública. A assembleia não teve carácter deliberativo, mas foi aprovada uma proposta de ordem prática que permite a centralização dos trabalhos na Rua Vítor Cordon, onde funciona a Intersindical.

Foram as seguintes as propostas ontem aprovadas:

«Considerando a necessidade de coordenar a todos os níveis, organismo regional, distrital e nacional, todo o movimento pró-sindicalização dos funcionários públicos;

Considerando que se pretende que essa coordenação se verifique em local adequado, não só pela sua estrutura, mas também pela sua independência em função dos vários organismos;

Considerando ainda a necessidade de apoio técnico, experiência e capacidade de ligação a nível nacional,

Propõe-se:

1 — Que de futuro a centralização a todos os níveis fique localizada nas instalações da Intersindical, Rua Vítor Cordon, 1:

2 — Que se constitua um Secretariado para funcionar junto da Intersindical, cujas funções serão essencialmente:

a) recolher e coligir todo o trabalho já feito;

b) organizar todo o processo em curso;

c) procurar manter contacto com todas as comissões já eleitas e promover a formação de comissões onde as não haja;

. d) manter a coordenação que tem sido feita, até à próxima eleição».

## 2.ª PROPOSTA

«Considerando que foi aprovada a formação de um Secretariado com as funções definidas na proposta aprovada,

Propõe-se:

1 — Que o Secretariado seja formado por um representante de cada Ministério;

2 — Que a escolha de cada representante do Ministério seja votada nas bases e com a orientação da fiscalização de uma comissão que se propõe seja formada por elementos que dirigiram esta reunião e que sejam funcionários públicos.»

## 3.ª PROPOSTA

«Considerando

— Que ainda não foi discutido o processo de se obter o caderno reivindicativo dos trabalhadores da Administração Pública;

— que o mesmo terá de partir das bases a fim de assegurar a verdadeira defesa de todos os trabalhadores:

Propõe-se:

— Que a formação do caderno reivindicativo dos trabalhadores da Administração Pública passe pelas seguintes fases:

. a) a elaboração de um caderno reivindicativo em cada departamento dos diferentes Ministérios, que terá de ser sancionado em assembleias gerais;

. b) elaboração em cada Ministério do respectivo caderno reivindicativo, que será a súmula dos diferentes cadernos elaborados nos seus departamentos, e que terá de ser igualmente sancionado em assembleia geral do Ministério;

. c) elaboração do caderno reivindicativo dos trabalhadores públicos, com base nos cadernos dos diferentes Ministérios, e que terá de ser sancionado em assembleia magna de todos os trabalhadores».

## 4.ª PROPOSTA

«Considerando

— que o aparelho do Estado fascista não foi ainda saneado, encontrando-se ainda em muitos sectores, em funções de chefia, indivíduos nomeados da confiança do regime fascista;

. — que deve ser seguido na Administração Pública o saneamento já efectuado nas Forças Armadas, de acordo com as orientações do Movimento das Forças Armadas;

— a urgência de se iniciar o processo de saneamento, sem o qual o processo de democratização da sociedade ficará seriamente comprometido.

Propõe-se:

1 — Que se exija ao Governo Provisório a imediata demissão de todos os directores-gerais e equivalentes (letras A e B) do funcionalismo público;

. 2 — Que não seja permitido o acesso a lugares de chefia a indivíduos que se prove terem pertencido ou colaborado com a DGS/PIDE, LP, MP, LAG, ANP e UN.;

. 3 — Que as comissões sindicais assumam um papel activo no saneamento global da Administração Pública».

A CAPITAL

LISBOA

22 MAIO 1974

# Engenheiros esclarecem-se sobre sindicalismo

CENTENAS de engenheiros encontraram-se ontem à noite no Laboratório Nacional de Engenharia Civil a fim de participarem numa reunião de esclarecimento sobre problemas actuais do sindicalismo. A reunião, na qual teve uma intervenção muito activa o dirigente da Intersindical Canais Rocha, foi convocada pela Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros. Entretanto, os profissionais de engenharia vão ser chamados a responder a um inquérito preparatório da alteração dos estatutos da sua associação. Neste sentido, dois dos sócios que estão a coordenar a elaboração e o lançamento do referido inquérito, apresentaram os termos em que a classe se vai pronunciar sobre a natureza do seu futuro organismo associativo e as formas de sindicalismo para que tender. Foi, contudo, acentuado que a ordem tem, por definição, um papel sindical do qual não abdicou. Aliás, neste momento está integrada na Intersindical. Ao finalizar a sessão o bastonário da Ordem repetindo posições já assumidas em reuniões anteriores, voltou a lembrar que, os engenheiros não podem deixar de estar do lado dos trabalhadores.

Através de uma exposição preliminar efectuada por Canais Rocha, e depois através de respostas a perguntas formuladas pelos presentes, o mesmo Canais Rocha e Antero Martins da Intersindical, e ainda o dr. Mário Pinto, e o eng.º Cunha e Serra, respectivamente consultor jurídico e bastonário da ordem, prestaram esclarecimentos a respeito do funcionamento da Intersindical, sua formação, objectivos que prossegue, sindicalismo de quadros, e, particularmente a respeito do surto grevístico em Portugal, luta por melhorias salariais e outras reivindicações.

Relativamente ao inquérito que já começou a ser distribuído por todos os engenheiros do País, incluindo os agregados noutras secções da ordem, foi sugerido que os interessados discutissem em grupos, que poderiam ser alargados a outros trabalhadores, as questões propostas.

Nº JANEIRO

22 MAIO 1974 Porto

# União dos Sindicatos do Porto

O Movimento Democrático do Porto, no seu comunicado n.º 34, divulga uma informação do Secretariado Permanente da U. S. P. do seguinte teor:

«Informam-se todos os Sindicatos, Secções e Delegações Sindicais do Distrito do Porto, assim como todos os trabalhadores, que se encontra já a funcionar a sede desta União na Rua de D. Manuel II, 126 (telef. n.º 380752), com o seguinte horário: das 10 às 13, das 15 às 20h30 e das 21 às 23 horas.»

REPÚBLICA
LISBOA
23 MAIO 1974

# SINDICATOS CHAMAM A ATENÇÃO PARA O GRAVE PERIGO DAS GREVES INOPORTUNAS

**«A Intersindical vai circular a todos os trabalhadores, de todos os sindicatos, chamando a atenção para as greves inoportunas, fomentadas pela reacção.**

**O Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Coimbra reforça este esclarecimento, apelando para os seus associados no sentido de tomarem posição, repudiando qualquer tentativa da parte de elementos reaccionários no que respeita à efectivação de greves que, repetimos, se tornam, de momento, inoportunas.**

**Colegas! Unidos Venceremos!».**

Este um apelo das comissões de trabalhadores que agora administram o Sindicato dos Profissionais de Coimbra, preparando o processo de eleições livres para o preenchimento dos corpos gerentes da sua associação de classe.

Na circular, é ainda pedido a todos os trabalhadores que se tornem, quanto antes, sócios efectivos, eliminando-se a categoria de contribuintes, visando, deste modo, igual direito aquando das eleições a realizar em breve.

A comissão dos estudos sindicais está a proceder ao estudo do ante-projecto do caderno reivindicativo dos profissionais de escritório, a nível nacional.

Também os delegados sindicais do técnicos de desenho do *atelier* Conceição e Silva, anunciam numa comunicação que dirigiram ao Governo Provisório, pôr à sua disposição um dia de trabalho por semana, com vista à execução de habitações condignas para as classes trabalhadoras.

Na mesma comunicação, aqueles profissionais apelam a mobilização de soldados, marinheiros, trabalhadores e técnicos especializados no sentido de utilizarem as suas capacidades e tempos livres «na execução dos trabalhos indispensáveis à melhoria de vida do Povo português e ao reforço da democracia».

## A POSIÇÃO DOS TRABALHADORES DA CREDIVERBO

A comissão representativa dos interesses dos divulgadores da Crediverbo, eleita democraticamente, em assembleia recentemente realizada apresentou à administração da empresa um documento intitulado «Definição da nova política de gestão da Crediverbo» onde se preconizam as directrizes consideradas indispensáveis à continuação da actividade da firma, em bases reputadas vantajosas para os actuais interesses da vida nacional. Nesse sentido, aqueles trabalhadores definiram junto da administração da firma uma nova linha de gestão, focando essencialmente «aspectos da relação comercial empresa-vendedores».

No documento que elaboraram, os trabalhadores da Crediverbo consideram que a conjuntura económica vigente foi considerada ao ponto de não pedirmos qualquer aumento nas nossas retribuições de trabalho».

CD25A

DIÁRIO DE LISBOA
LISBOA
25 MAIO 1974

# Portugueses na Confederação Europeia de Sindicatos

COPENHAGA, 25 — (F.P.) — Os congressistas da Confederação Europeia dos Sindicatos reunidos em Copenhaga reservaram ontem um acolhimento muito caloroso aos representantes da Internacional Portuguesa Francisco Marcelo Curto e André Gonçalves.

«O nosso povo tem, por fim, a palavra e fala muito. Fazemos os maiores esforços para garantir a continuação e o desenvolvimento desta liberdade de expressão», disse na tribuna Francisco Marcelo Curto.

«No entanto», acrescentou», o perigo dum regresso ao fascismo não se afastou de Portugal. O povo, afogado numa noite de 48 anos de repressão fascista, ainda tem medo. A lição do Chile torna-nos vigilantes. Resistiremos contra as tentativas do imperialismo económico que quer provocar o caos económico o que permitiria como no Chile o regresso do fascismo».

O apoio «directo e constante» do movimento sindical livre da Europa, parece-lhe indispensável. «Estamos conscientes da responsabilidade que repousa sobre o sindicalismo português na consolidação da democracia conquistada», concluiu.

«A vossa experiência vai ser-nos útil, nomeadamente quanto aos problemas de controle das sociedades multinacionais e da luta contra a inflação, declarou, por seu turno, André Gonçalves.

O SÉCULO
LISBOA
26 MAIO 1974

## Confederação Europeia dos Sindicatos

# Sindicalismo responsável na consolidação da democracia

**COPENHAGUE, 25. — Os congressistas da Confederação Europeia dos Sindicatos, reunidos nesta capital, reservaram, ontem, um acolhimento muito caloroso aos representantes da Internacional Portuguesa, Francisco Marcelo Curto e Gonçalves André.**

«O nosso povo tem, por fim, a palavra, e fala muito. Fazendo os maiores esforços para garantir a continuação e o desenvolvimento desta liberdade de expressão», disse na tribuna Francisco Marcelo Curto.

«No entanto — acrescentou — o perigo de um regresso ao fascismo não se afastou de Portugal. O povo, afogado numa noite de 48 anos de repressão fascista, ainda tem medo. A lição do Chile torna-nos vigilantes. Resistiremos contra as tentativas do imperialismo económico que quer provocar o caos económico, o que permitiria, como no Chile, o regresso do fascismo.»

O apoio «directo e constante» do movimento sindical livre da Europa, parece-lhe indispensável. «Estamos conscientes da responsabilidade que repousa sobre o sindicalismo português na consolidação da democracia conquistada» concluiu.

«A vossa experiência vai ser-nos útil, nomeadamente quanto aos problemas de «contrôle» das sociedades multinacionais e da luta contra a inflação, declarou, por seu turno, André Gonçalves.» — (F. P.)

## Novos salários para empregados de escritório

Foi homologado, pelo ministro do Trabalho, a pedido dos Sindicatos interessados, o contrato colectivo de trabalho para os profissionais de escritório e equiparados do sector de exportadores têxteis.

Pelo novo contrato, estabelecem-se retribuições mínimas com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro último, acrescidas de diuturnidades, a duração de trabalho de 35 horas por semana e férias de 18 a 26 dias úteis com subsídio, respectivamente, de 75 e 100 por cento da remuneração mensal, bem como subsídio de Natal equivalente a um mês de vencimento.

**EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO DE ÉVORA** — O Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Évora, depois de ter reunido em assembleia geral, enviou um comunicado aos associados, para informar das medidas tomadas pela comissão eleita e da maneira como têm decorrido os trabalhos: a) Enviado um ofício ao Movimento das Forças Armadas sobre o que foi determinado em assembleia geral; b) Divisão das tarefas entre os componentes da comissão para o seu cumprimento eficiente; c) Efectuados contactos, para se conseguir a semana-americana para os trabalhadores do ramo de Vendedores de Peças e Acessórios de Automóveis; d) Efectuados contactos com as comissões de trabalho das diversas empresas para satisfação das suas reivindicações.

**POR ESCLARECER A SITUAÇÃO NO SINDICATO DOS ELECTRICISTAS** — Parece um tanto confusa a situação no Sindicato dos Electricistas do Distrito de Lisboa, que abrange não menos de 35 mil trabalhadores. Uma assembleia geral, realizada, na quinta-feira, no Coliseu dos Recreios, teve resultados muito diversos dos esperados devido à intervenção de um grupo (do qual faziam parte elementos não sindicalizados, ao que afirma a direcção), do qual se destacaram finda a reunião sem quaisquer resultados, vinte e cinco elementos para, na manhã seguinte, ocuparem o sindicato e se dirigirem ao Ministério do Trabalho, sob o título de comissão directiva.

Tendo-lhe ali sido postas dúvidas sob a forma como haveriam sido eleitos, aqueles elementos conseguiram, mesmo assim, divulgar pela rádio a sua posição como comissão «ad hoc» a dirigir o sindicato. Perante a situação, cerca de cinco mil trabalhadores tentaram retomar o sindicato, sendo, no entanto, impedidos por uma força da Polícia Militar. Os ocupantes acabaram por ser identificados, abandonando o edifício três horas mais tarde, ao mesmo tempo que os electricistas reunidos na rua começaram a dispersar. Ficou tomado como ponto assente que a próxima assembleia geral daqueles profissionais estaria determinada a julgar o que é classificado de «grupo de assaltantes».

**INTERSINDICAL DISTRITAL DE COIMBRA** — A Intersindical Distrital de Coimbra acaba de criar o seu secretariado, constituído por membros dos vários sindicatos livres, e que funcionará na F. N. A. T. com as seguintes comissões: de apoio sindical, Imprensa, apoio técnico-jurídico, F. N. A. T. e Caixa de Previdência. Para quaisquer contactos deverão utilizar-se, durante o dia, as sedes dos Sindicatos dos Bancários e dos Metalúrgicos e, durante a noite, a sede da F. N. A. T.

**MEDIADORES DE SEGUROS DO PORTO** — Em assembleia geral, realizada na sede do Sindicato Nacinal dos Profissionais de Seguros do Distrito do Porto, reuniram os agentes, corretores e angariadores de seguros, para deliberarem da criação de um sindicato que defenda os interesses destes produtores.

Foi deliberado que se procure criar um Sindicato de Mediadores de Seguros. Constituída uma comissão para trabalhar no sentido de ser fundado o sindicato e solicitar ao Governo que todos estes produtores de seguros sejam incluídos na Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais de Seguros.

**PROFISSIONAIS DOS ARMAZÉNS DO PORTO** — No Pavilhão dos Desportos realizou-se, ontem, à tarde, uma reunião dos filiados no Sindicato dos Profissionais dos Armazéns do Distrito do Porto para nomear uma comissão de cinco membros para dirigir o sindicato, provisoriamente, até às eleições. A reunião foi organizada por uma comissão «ad hoc» que já existia e foi, além de muito concorrida, também muito discutida, isto é, foram muitos os oradores e oradoras a pedir reivindicações de toda a ordem e as mais díspares possíveis, dado a grande variedade de actividades dos armazéns existentes.

**MOTORISTAS DE SANTARÉM** — Uma comissão representativa dos trabalhadores da empresa Claras—Transportes, S.A.R.L., confiou a este sindicato a representação dos seus legítimos interesses, encarregando-o de estabelecer o diálogo com a entidade patronal e proceder às diligências que pudessem levar a satisfação das suas reivindicações.

O sindicato contactou imediatamente com os seus homólogos dos outros distritos, a que respeita a actividade da empresa e apressou-se a emitir comunicados para a Rádio e TV, aconselhando os trabalhadores a não entrarem em greve de imediato e dando-lhes notícia de que se estavam já a estabelecer contactos com a entidade patronal, no sentido de se conseguir a satisfação das reivindicações sem afectação da normalidade das prestações de trabalho.

REPÚBLICA
LISBOA
27 MAIO 1974

CONGRESSO SINDICAL EUROPEU DE COPENHAGUE — 1

# PRIMEIRA PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL DOS NOSSOS SINDICATOS

por GONÇALVES ANDRÉ (Enviado especial de «República»)

Decididamente começou a época em que não sentimos vergonha de sermos portugueses. E se assim começo esta crónica é porque existe uma razão. Nas eleições de 1973, num comício em que participei no Teatro VOX, disse, a determinada altura, que teríamos de construir um Portugal que não nos envergonhasse de sermos portugueses. Essa mesma frase veio a ser escolhida como título de primeira página. A censura — Exame Prévio não permitiu, porém, que ela fosse publicada. Agora comprovei a justeza da sua afirmação. Não por qualquer espécie de «chauvinismo», para o qual não estou calhado. Mas pela alegria interior de que ainda venho possuído, depois dum contacto internacional, semelhante a tantos outros que foi chamado a realizar.

Em nome da Intersindical Nacional, e na qualidade de observador, desloquei-me a Copenhague para assistir aos trabalhos do II Congresso da Confederação Europeia dos Sindicatos. Aí se deslocou também Marcelo Curto, em nome do Partido Socialista Português. A estrondosa salva de palmas que nos acolheu, depois de anunciada a nossa presença, contrasta com a forma furtiva, de desprezo e ignorância, que sempre foi norma nos contactos com as delegações portuguesas. Agora todos nos queriam tocar. Ninguém deixou de nos afirmar solidariedade, de nos augurar as melhores venturas. Não por nós próprios, a quem, em tantas outras vezes, nos haviam dirigido a palavra clandestinamente. Mas ao Povo Português que, num esforço sublime, irmanado nas Forças Armadas, soube construir a Revolução dos Cravos. Hoje, ao contrário, sentimos orgulho em sermos portugueses. Passámos a constituir, no concerto das nações, «as mais lindas flores do jardim dos povos que se regem pela democracia», como alguém nos disse mais tarde. Abandonámos o trio Portugal, Espanha e Grécia. E fazemos votos para que, o mais rapidamente possível, os povos destes países comecem também a sentir a alegria que nós sentimos neste momento.

## A PRIMEIRA PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL

A delegação da CISL — Confederação Europeia dos Sindicatos Livres — e suas Federações filiadas, convidou a Intersindical a enviar observadores ao II Congresso da Confederação Europeia dos Sindicatos (em formação), que teria lugar, de 23 a 25 deste mês, em Copenhague. Por decisão do respectivo secretariado, fui escolhido para essa missão, sem necessidade de ser sancionado por qualquer autoridade. Já vos disse do acolhimento que dispensaram ao representante português. Falar-vos-ei agora do desenvolvimento dos trabalhos que aí tiveram lugar.

O Congresso debruçou-se sobre um «Projecto de Acção» Sindical para a Europa Ocidental cujo sumário era o seguinte: I — Objectivos gerais decorrentes da situação dos trabalhadores europeus; II — Tarefas e prioridades; o pleno e melhor emprego, a estabilidade dos preços e a redestribuição dos rendimentos, energia e matérias-primas, segurança e ambiente do trabalho e ambiente natural circundante, extensão da democracia económica e a situação dos países em vias de desenvolvimento; III — Métodos de acção.

Este «Projecto de Acção»,

(Continua na 25.ª pág.)

# CONGRESSO DE COPENHAGUE

(Continuado da pág. central)

introduzido pelo secretário-geral da Confederação Europeia dos Sindicatos, foi objecto de intervenções por parte de diversas Federações Sindicais Europeias, durante os dois primeiros dias de sessões plenárias, as quais tiveram apenas em comum a calorosa saudação à delegação portuguesa. Quanto aos pontos concretos do projecto, uns defenderam a necessidade de um testemunho activo de solidariedade aos povos do terceiro mundo, a responsabilidade dos países industrializados face aos países em vias de desenvolvimento, a defesa e a cooperação económica com os países do Leste.

Outros, numa via liberal, rejeitam a ligação dos salários à indexação dos preços, defendendo a liberdade completa das negociações colectivas, outros ainda condenam, por prematura, a criação de um Centro Europeu do Petróleo.

Sobre este último tema há quem advogue a constituição de uma Sociedade Pública de Produção de Energia, que não é só o petróleo, e quem peça para se não tomarem já decisões, por prematuras. Uma voz se levantou ainda para sublinhar que a questão fundamental a resolver dizia respeito à qualidade da Europa, desejada pelos sindicatos. A escolha deveria obedecer aos interesses dos trabalhadores, passando, por isso, por uma Europa política. Nesta linha, outro orador veio a defender a necessidade do estabelecimento de prioridades claras, preconizadas pelos diversos centros de decisão — europeus, nacionais, regionais ou até de empresas, com a consequente obrigatoriedade de uma organização dessas estruturas.

Encerrou as intervenções do primeiro dia um representante dos povos bascos que lançou um apelo à Confederação dos Sindicatos Europeus para que reuna todas as organizações sindicais que trabalham na clandestinidade, a fim de organizar eficazmente a liquidação dos regimes fascistas da Europa.

## VOZES LIVRES DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

A sessão plenária do dia seguinte começou com a aprovação da entrada da CGIL — Confederação Geral Italiana do Trabalho — para membro da Confederação Europeia dos Sindicatos. Contra esta proposta apenas votou a Force Ouvrière — Francesa. Em seguida falou Francisco Marcelo Curto, dirigindo-se ao Congresso em nome da comissão sindical socialista para a intersindical unitária portuguesa. Agradeceu o acolhimento dispensado e pediu o apoio directo do movimento sindical livre para a consolidação da democracia em Portugal.

Foi então a vez do autor destas linhas, em nome da Intersindical portuguesa, agradecer o coonvite para estar presente neste Congresso, bem como as provas de simpatia e solidariedade que todas as organizações sindicais manifestaram aos trabalhadores portugueses. Mais adiante afirmou: **«Nós acabamos de sair de 48 anos de noite fascista, durante os quais lutámos em condições excepcionais de repressão e clandestinidade. Agora, temos tudo para fazer: a nossa organização interna, o reforço da unidade de todos os trabalhadores no seio da Intersindical e, no plano internacional, a possibilidade de trabalhar em conjunto com os trabalhadores do mundo inteiro.**

Depois de ter referido a importância de todas as matérias em debate, em especial as que dizem respeito ao combate à inflação e à estratégia perante as sociedades multinacionais, terminou dizendo: **«Temos muitos problemas a resolver. Acredito, porém, que seremos capazes de os vencer, não enjeitando as vossas ajudas, o valor das vossas experiências, dentro dos princípios da solidariedade internacional.»**

Na continuação dos debates, um delegado defende a nacionalização das sociedades petrolíferas e a constituição de uma sociedade europeia de carácter misto. Um outro, sustenta a necessidade do reforço dos contactos com os sindicatos dos países de Leste. O delegado dos TUC ingleses reafirma a oposição dos sindicatos britânicos à Comunidade Económica Europeia, salientando, por outro lado, que o combate contra as sociedades multinacionais se poderá fazer pela coordenação das diversas legislações nacionais.

No que toca à inflação há quem se oponha à política de rendimentos, preconizada no plano, e ao recurso à recessão económica.

O fim da descriminação entre homens e mulheres, especialmente no que respeita a salários, e a garantia dos direitos políticos aos trabalhadores migrantes são objecto de intervenção. Há também quem esteja de acordo em ajudar o desenvolvimento do Terceiro Mundo, «mas não para ajudar à fabricação de bombas atómicas».

DIÁRIO DE LISBOA
LISBOA
29 MAIO 1974

# Informações da Intersindical

Partiram já para Genebra dois membros da delegação da Intersindical que vai participar, a partir do próximo dia 5 de Junho, na conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Trata-se dos sindicalistas Mário Nunes Henriques, encarregado dos contactos preliminares e da organização, e Maria Teresa Vaz Pires, do Sindicato dos Serviços Sociais.

Os restantes membros da delegação portuguesa, chefiados por Canais Rocha, partem no próximo domingo. São eles Vitor Fernandes, dos Escritorios e Caixeiros de Santarém, Angelo Ferreira, dos Metalurgicos do Porto, Manuel Silva dos Metalurgicos de Braga, Manuel Lopes, dos Lanificios de Lisboa, Firmino Martins, dos Ferroviários do Centro e Antero Martins, do Sindicato dos Bancários de Lisboa.

## FUNDOS

Informa a Intersindical que ainda não recebeu qualquer verba das que já foram anunciadas pela Imprensa, nomeadamente 2300 contos oferecidos ao movimento sindical português por organizações sindicais nórdicas, 900 contos prometidos por uma organização sindical holandesa e um milhão de francos da C.I.S.L.

Esta última organização, a quando da estadia dos seus representantes entre nós, foi informada de que, por deliberação da Assembleia Geral da Intersindical, qualquer auxílio ou contactos internacionais com o movimento sindical português deverão ser canalizados através do Secretariado da Intersindical.

Entretanto, a Intersindical está a funcionar contando apenas com o apoio de alguns Sindicatos portugueses.

## REUNIÕES

A União dos Sindicatos do Sul realiza a sua próxima assembleia geral sexta-feira, às 10 horas, na rua Vitor Cordon, 1, 3.º em Lisboa.

A ordem dos trabalhos é a seguinte: 1 — Uniões e sua ligação com a Intersindical; 2 — Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Pesca e Estudantes; 3 — Funcionamento das comissões eleitas; 4 — Informações.

Pelo seu lado a Intersindical Nacional realiza a sua Assembleia Geral no sábado, às 10 horas, na Rua Vítor Cordon, 1, 3.º em Lisboa. A ordem dos trabalhos é identica à da União dos Sindicatos do Sul.

JORNAL DE NOTÍCIAS
PORTO
29 MAIO 1974

# MEMBROS DA INTERSINDICAL EM GENEBRA

Seguiram ontem para Genebra dois membros da delegação da intersindical, que vão tomar parte na conferência da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.), com início em 5 de Junho. Trata-se dos sindicalistas Mário Nunes Henriques, encarregado de contactos preliminares e da organização, e Maria Teresa Vaz Pires do Sindicato dos Serviços Sociais

Os restantes membros da delegação portuguesa, chefiados por Canas Rocha, partem no domingo. São eles Vítor Fernandes, dos Profissionais de Escritórios e Caixeiros de Santarém; Ângelo Ferreira, dos Metalúrgicos do Porto; Manuel Silva, dos Metalúrgicos de Braga; Manuel Lopes, dos Lanifícios de Lisboa; Firmino Martins dos Ferroviários do Centro; e Antero Martins do Sindicato dos Bancários de Lisboa

A Intersindical esclarece que ainda não recebeu qualquer verba das anunciadas pela Imprensa nomeadamente os 2.300 contos oferecidos ao Movimento Sindical Português por organizações sindicais nórdicas, 900 contos prometidos por uma organização sindical holandesa e um milhão de francos da C.I.S.L..

# A Intersindical repudia as manobras provocatórias

PLx 31/5/74

**A Intersindical distribuíu um comunicado no qual se convocam os trabalhadores para uma manifestação a realizar depois de amanhã, às 15 horas, no Parque Eduardo VII. O comunicado no qual se explicita o espírito que preside à manifestação, é do seguinte teor:**

«A Intersindical, cujos objectivos prioritários neste momento são a consolidação das conquistas democráticas feitas pelos trabalhadores após o 25 de Abril, bem como a reorganização e reestruturação do movimento sindical português, numa base unitária, disciplinada e consciente dos reais interesses do povo português, constata com apreensão a acção desordenada e anárquica para a qual certos elementos oportunistas, infiltrados entre os trabalhadores, estão a tentar arrastá-los através de greves que no momento presente não servem os interesses dos trabalhadores.

Perante essa situação, a Intersindical, contrariamente aquilo que desejaria, está a ser forçada a desviar parte da sua actividade para tentar resolver os graves problemas que esse processo anárquico desencadeia.

Verifica ainda a Intersindical que representantes dos trabalhadores, ao aperceberem-se da gravidade de certas situações criadas, recorrem à Intersindical em busca de apoio, mas colocando-a já perante factos consumados de difícil resolução.

Constata também a Intersindical que elementos oportunistas, tanto de direita como de extrema-esquerda, explorando a natural impaciência com que os trabalhadores aguardam a satisfação das suas justas reivindicações, atiram-nos para um tipo de acção que, objectivamente, está a servir as forças reaccionárias, que estão interessadas em aproveitar a anarquia e o caos económico para quebrar a unidade da classe trabalhadora e a aliança desta com o Movimento das Forças Armadas.

Pretendem os reaccionários e os seus aliados, conscientes ou não, criar as condições para uma contra-revolução no sentido de restaurar a ditadura fascista em Portugal.

A Intersindical, que agrupa mais de 90 sindicatos, representando cerca de um milhão de trabalhadores, consciente das suas responsabilidades, não pode deixar de tomar, publicamente, posição face ao momento actual e dirige um veemente apelo a todos os trabalhadores para que não se deixem manobrar por elementos que fingem defender os seus interesses e denunciem, corajasamente, tais manobras, neutralizando-as e recusando-se a colaborar em acções reivindicativas isoladas e anárquicas, mantendo-se, pelo contrário, em estreita ligação com os seus sindicatos e legítimos representantes.

A Intersindical confia em que os trabalhadores saberão distinguir os seus verdadeiros interesses e lutar, organizada e disciplinadamente, pela consolidação da Liberdade e da Democracia em Portugal.

Dentro deste espírito, a Intersindical vem convidar todos os trabalhadores a reunirem-se no próximo sábado, dia 1 de Junho, às 15 horas, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, a fim de manifestarem o seu total repúdio pelas manobras provocatórias dos inimigos da classe trabalhadora, bem como a sua solidariedade com o Movimento das Forças Armadas, que esses inimigos pretendem enfraquecer.

NOTÍCIAS
LOURENÇO MARQUES
31 MAIO 1974

# INTERSINDICAL PRONUNCIA-SE CONTRA A GREVE

LISBOA, 30 — Através de um comunicado distribuído à Imprensa, a Intersindical toma posição perante a situação a que determinados sectores de trabalhadores recorrem, acentuando: «A Intersindical, cujos objectivos prioritários neste momento são a consolidação das conquistas democráticas feitas pelos trabalhadores após o 25 de Abril, bem como a reorganização e reestruturação do movimento sindical português, numa base unitária, disciplinada e consciente dos reais interesses do Povo Português, constata com apreensão a acção desordenada e anárquica para a qual certos elementos oportunistas, infiltrados entre trabalhadores, estão a tentar arrastá-los através de greves que, no momento presente, não servem os interesses dos trabalhadores».

E mais adiante observa: «A Intersindical, que agrupa mais de 90 Sindicatos, representando cerca de um milhão de trabalhadores consciente das suas responsabilidades, não pode deixar de tomar, publicamente, posição face ao momento actual e dirige um veemente apelo a todos os trabalhadores para que não se deixem manobrar por elementos que fingem defender os seus interesses e denunciem corajosamente tais manobras, nutralizando-as e recusando-se a colaborar em acções reivindicativas isoladas e anárquicas, mantendo-se, pelo contrário, em estreita ligação com os seus Sindicatos e legítimos representantes.

«A Intersindical confia em que os trabalhadores saberão distinguir os seus verdadeiros interesses e lutar, organizada e disciplinadamente, pela consolidação da liberdade e da democracia em Portugal.

«Dentro deste espírito — conclui a nota — a Intersindical vem convidar todos os trabalhadores a reunir-se no próximo sábado, dia 1 de Junho, às 15 horas, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, a fim de manifestarem o seu total repúdio pelas manobras provocatórias dos inimigos da classe trabalhadora, bem como a sua solidariedade com o Movimento das Forças Armadas, que esses inimigos pretendem enfraquecer». — (ANI).

PRIMEIRO JANEIRO
(6c)
4 MAIO 1974
Porto

# 23 Sindicatos entendem que os interesses dos trabalhadores e do Povo português exigem a tomada imediata dos órgãos de administração local

«Os Sindicatos signatários entendem que os interesses dos trabalhadores e do Povo Português exigem a tomada imediata dos órgãos da administração local que se encontram nas mãos de fascistas.

Os processos eleitorais seguidos nesses órgãos administrativos local eram antidemocráticos; mesmo assim, as eleições processavam-se, normalmente, com burlas bem conhecidas.

Assim, a acção de conquistar essas estruturas (através de reuniões amplas em que o Povo e a Classe Trabalhadora demitam esses órgãos de administração local e os substituam por outros sob a direcção de pessoas da sua confiança) está legitimada pela necessidade de não deixar terreno nenhum aos fascista e à reacção, terreno que esta aproveitaria para boicotar a acção de construção de um Portugal livre e democrático!

Os Sindicatos apelam para a Classe Trabalhadora para que esteja atenta, tome a iniciativa por toda a parte e colabore com as estruturas políticas, nomeadamente, o Movimento Democrático, nessa importante tarefa».

Esta moção é assinada pelos seguintes sindicatos: Bancários do Porto, Motoristas do Porto, Escritórios do Porto, Estivadores do Douro e Leixões, Indústria Hoteleira do Porto, Químicos do Porto, Carpinteiros do Porto, Arquitectos do Porto, Metalúrgicos do Porto, Técnicos de Desenho do Porto, Alfaiates e Costureiras do Porto, Corticeiros de Aveiro, Seguros do Porto, Ourives do Porto, Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca do Porto, Artes Gráficas do Porto, Têxteis do Porto, Professores do Porto, Serviço Social do Porto, Moagens e Massas do Porto, Propaganda Médica do Porto e Panificação do Porto.

E porque lutando pela defesa, mais do que justa, dos pequenos comerciantes, como trabalhadores sem qualquer amparo em todas as idades ou circunstâncias da vida, mas muito especialmente na velhice e na doença, apela para que seja reorganizado, dentro do mais curto espaço de tempo, o sistema da previdência, através de um só corpo e englobando todos os Portugueses.

Nestas circunstâncias, vimos colocar à disposição o mandato que nos foi conferido.

Entretanto, com o melhor espírito de colaboração e trabalho, com o maior interesse em desejar continuar na luta pela defesa dos nossos comuns interesses, pela satisfação na realização das nossas necessidades sociais, que nos propomos, em conjunto com todos os comerciantes da cidade do Porto, organizarmo-nos ou transformarmo-nos nos termos que venham a ser superiormente definidos.

INDEPENDÊNCIA D'ÁGUEDA
ÁGUEDA
4 MAIO 1974

# Documento de Sindicatos do Porto

Foi amplamente distribuído na Praça da Liberdade (Porto), o seguinte comunicado assinado pelos dirigentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Braga, dos Metalúrgicos do Porto, dos Técnicos de Desenho (Secção Regional do Norte), dos Bancários do Porto e dos Alfaiates do Porto.

COMPANHEIROS:

«De acordo com os noticiários difundidos pela Rádio e Imprensa nacionais eclodiu na madrugada de 24/4 um movimento das Forças Armadas que visa derrubar o regime político até hoje vigente e, a partir da constituição de um «governo de Salvação Pública», devolver as liberdades cívicas ao povo português.

«Na sequência destes acontecimentos, encerram muitos locais de trabalho e muitos têm sido os trabalhadores que buscam saber junto dos sindicatos signatários quais os reflexos que tais factos poderão ter sobre a nossa vida de trabalhadore e a acção dos Sindicatos».

«Nestas circunstâncias, os sindicatos signatários lembram a todos os trabalhadores que por força das suas características de organizações unitárias de defesa de interesses sócio-económicos dos trabalhadores, não é através dos sindicatos que os trabalhadores podem obter a informação ou ter a participação política que os seus interesses imponham.

«Perante os referidos factos, os sindicatos sentem entretanto o dever de lembrar que, independentemente de quaisquer opções políticas, são reivindicações dos trabalhadores e de todas as direcções representativas: o congelamento dos preços; a actualização dos salários; a instituição de um salário mínimo nacional digno; a revogação de toda a legislação anti-sindical; a liberdade de reunião nomeadamente das assembleias sindicais: o fim de toda a repressão.

«A satisfação destas reivindicações mínimas será sempre em quaisquer circunstâncias, um objectivo central dos trabalhadores!»

# Comunicado de 15 Sindicatos de Lisboa

«Os Sindicatos signatários, tendo tomado conhecimento da proclamação feita hoje ao País pelo Movimento das Forças Armadas onde se anuncia o fim do regime de opressão fascista que sempre se identificou exclusiva e cripinosamente com o poder económico e monopolista impondo modos de vida verdadeiramente miseráveis ao País, e considerando que, foi a movimentação dos trabalhadores em luta ao longo dos últimos cinquenta anos, não obstante violentamente reprimida, que criou condições para o êxito do Movimento das Forças Armadas, a efectiva libertação económica e política da classe trabalhadora face a toda e qualquer reacção só pode concretizar-se com a consciência imediata participação de todos os trabalhadores no processo ora iniciado para além do desejado, urgente e amplo debate do que deverá ser o futuro sindical do País a realizar em assembleias gerais a convocar brevemente, entendem que são reivindicações imediatas, fundamentais e intransigentes de todos os trabalhadores, aliás, numa linha de concretização prática de declarações em primeiro expressas pelo Movimento das Forças Armadas, as seguintes:

1.° — 1.° de Maio como feriado;

2.° — Total liberdade sindical com ratificação de Convenção n.° 87 da Organização Mundial do Trabalho;

3.° — Que sejam repostas as li-

(Continua na pág. 3)

# Comunicado de 15 Sindicatos de Lisboa

*(Continuação da 2.ª página)*

berdades individuais do Povo português;

4.° — Fim à carestia de vida;

5.° — Aumento imediato de salários e instituição do salário mínimo nacional;

6.° — Redução do horário de trabalho semanal para 40 horas em cinco dias;

7.° — Reintegração, nos seus locais de trabalho, de todos os trabalhadores despedidos abusivamente pela sua actividade sindical;

8.° — Liberdade de reunião e associação;

9.° — Imprensa completamente livre; responsabilidade das Redacções na orientação das publicações;

10.° — Administração da Previdência exclusivamente pelos trabalhadores;

11.° — Federação em organismos internacionais sindicais;

12.° — Direito à greve;

13.° — Extinção total da PIDE/ /DGS e julgamento político dos seus membros;

14.° — Liberdade imediata de todos os presos políticos.

Viva a classe trabalhadora! Viva Portugal!»

Comunicado subscrito pelos Sindicatos dos Técnicos de Desenho, dos Caixeiros de Lisboa, dos Seguros de Lisboa, dos Metalúrgicos de Lisboa, dos Químicos de Lisboa, da Radiodifusão e Telecomunicações, dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Navegação e Pesca dos Transportes Urbanos de Lisboa, dos Bancários de Lisboa, da Propaganda Médica, dos Jornalistas, dos Lanifícios de Lisboa, dos Caixeiros e Escritórios de Santarém, do Serviço Social dos Electricistas, de Lisboa.

JORNAL DE NOTÍCIAS
PORTO
4 MAIO 1974

## Spínola voltou a reunir com dirigentes sindicais

# «A ALTERAÇÃO DE ESTRUTURAS TEM DE FAZER-SE LENTAMENTE»

«Estamos num período de renovação em que é necessária calma e disciplina. As estruturas têm de ser alteradas lentamente, pois é impossível em meia-dúzia de dias realizar aquilo que não foi feito em 40 anos».

Essas foram algumas das recomendações feitas, ontem, pelo sr. general António de Spínola aos dirigentes sindicais, reunidos no Instituto Superior da Defesa Nacional.

O presidente da Junta de Salvação Nacional depois de referir que começava em breve um período de preparação política do país para que o povo expressasse a sua vontade, reconheceu haver determinados elementos que têm tomado atitudes avançadas as quais só podem prejudicar o programa da Junta.

Aludindo à intromissão dos poderes constituídos, disse que o anseio não pode deixar de fazer-se progressivamente, em ordem e disciplina.

Temos de garantir a normalização do país. Mas tudo o que não se fizer progressivamente resulta negativo.

De acordo com a linha de pensamento do sr. general António de Spínola há necessidade de produzir mais e fazer uma distribuição equitativa de riqueza e das receitas resultantes do trabalho. Porém, neste momento é impossível a separação completa entre o trabalhador e a empresa. Ao pedir confiança e fé, pois a seu tempo as estruturas se alterarão, acentuou não se poder abrir a separação do povo e das Forças Armadas nem do trabalhador do empresário. Por outro lado, os empresários não estão preparados mas também já não estamos no tempo em que o empresário quando não estava contente chamava a polícia.

CD25A

SEMPRE FIXE
4 MAIO 1974 Lisboa

# OS SINDICATOS TOMAM CONSCIÊNCIA DA SUA MISSÃO

Num oportuno comunicado; 15 sindicatos assumem uma clara posição na actual conjuntura, reivindicando a total liberdade sindical, e ao mesmo tempo as liberdades essenciais, de reunião, de expressão de pensamento, e, além de outras de ordem económica, reivindicam a administração da Previdência e a reintegração dos trabalhadores despedidos abusivamente por actividades sindicais.

Esta tomada de posição assinala que o movimento sindical dessas classes, numa revelação que em muito nos surpreende, já se vai consciencialisando da sua função e das suas responsabilidades como expressão das forças do Trabalho numa sociedade estruturada fundamentalmente nas forças do Capital.

É evidente que a acção sindical se revelou como uma qualificada confrontação com o decrépito regime de violência que se intitulava de corporativo e ruiu na corrupção, e pôs à prova toda a facúndia demagógica de latrocínios, e portanto é natural que a sua responsabilidade revele de extraordinário também porque o regime esgotou totalmente as velhas estruturas de uma sociedade ruralista e anquilosada em que se instituiu para conservá-las e agora apressadamente solicitadas para uma industrialização e desenvolvimento que em muito a ultrapassa.

Mas, neste transe histórico, a estruturação sindical existente, que não resultou de um sindicalismo anterior, com uma trajectória definida e experimentada, mas nasceu de um esquema de inspiração maurrasiana adaptado a uma política de violência e constrangimento estatal, poderá desenvolver a sua missão social sem proceder a uma revisão de estrutura e de acção?

Anotaremos para já os principais factores que os sindicatos signatários dessa oportuna decisão terão certamente de analisar, concretamente: a pulverização sindical criada intencionalmente pelo maquiavelismo corporativo, dispersando profissões ou funções desempenhadas num mesmo ramo industrial; a sua inteira alienação a um sistema oficial que reduzia as suas estruturas a um esquema de burocracia policial ou de ingreme contratação; o seu isolamento condicionado ao exclusivo controlo do Ministério das Corporações.

Com dificuldades e perigos se processou um sistema de débeis relações inter-sindicais que procurava remediar a falta de uma central sindical indispensável, a atenuar assim toda a propositada debilidade de um sistema.

Por outro lado muitos sindicatos vegetam simplesmente com direcções inamovíveis, e outros como comissões administrativas impostas pelo governo contrariamente aos desejos ou eleições feitas pelas próprias classes.

E de concluir que, se se inaugura uma democratização do país, o primeiro sinal do seu significado será sem dúvida a independência dos sindicatos, em especial da tutela do Estado e a extinção desse contraditório Ministério das Corporações.

Como se vai entender a observância dos contratos homologados ou em negociação, agora que os sindicatos se desligarão de uma orgânica oficial e terão por si de negociá-los e defendê-los?

Começa por ser indispensável a criação de um conselho de relações entre sindicatos, composto por delegacias de todos, para que possa estudar e congregar a acção de todos os sindicatos para:

a)- reestruturação do movimento sindical em termos de sindicatos de indústria, pondo fim a pulverização sindical dos trabalhadores de cada indústria por vários sindicatos;

b)- superar a tendência para uma centralização maciça em sindicatos que julgam poderem ser poderoso quando abranjam um âmbito nacional ou absorvente dos trabalhadores de diversas indústrias sem adequadas estruturas, nem sempre eficazes;

c)- a extinção do actual tipo de Federações que apenas se adaptam a um sistema dos sindicatos ao alcançe do INTP, e a sua substituição por Federações Nacionais de Indústria;

d)- a renovação dos estatutos de acordo com uma nova e mais simples estruturação de verdadeira democracia sindical;

e)- a necessária e imediata constituição de um conselho de sindicatos que relacione a sua acção com funções executivas, coordenando as múltiplas acções que os sindicatos têm a realizar em comum, como seja exactamente a profunda reforma da Previdência e a sua administração sindical.

Para tão grande missão, tão cheia de problemas que sempre foram postergados ao longo de algumas dezenas de anos, será preciso um trabalho persistente e esclarecido.

Os sindicatos para se reestruturarem e criarem a sua própria consciência e potencial têm de adquirir e fixar a sua própria personalidade e independência. Sem estas aquisições os sindicatos poderão sair de uma subalternidade para outras, quando o essencial é que se fixe já na formação do seu próprio movimento e capacitação não esquecendo o estado em que se encontram as classes trabalhadoras e que só através destes é que poderão situar-se na posição representativa dos mesmos trabalhadores.

Será certamente por via desse conselho sindical que os sindicatos já mais evoluídos deverão ajudar as classes e os sindicatos mais entorpecidos a rejuvenescerem e reorganizarem-se para concretizarem os direitos e aspirações das classes que passarão efectivamente a representarem.

JORNAL DE NOTÍCIAS
PORTO
4 MAIO 1974

# 24 SINDICATOS PORTUENSES TENTARAM A OCUPAÇÃO DA DELEGAÇÃO DO I. N. T. P.

## • SOLUÇÃO EM SUSPENSO PELAS AUTORIDADES MILITARES

Com o objectivo de se construir um Sindicalismo livre, que sirva os interesses dos trabalhadores, já que a estes pertence «o papel de destruir a máquina estadual fascista-corporativa» e, bem assim, edificar «um Ministério do Trabalho gerido pelos trabalhadores aos quais ficarão confiadas a Previdência, o Fundo do Desemprego, a F. N. A. T., etc.», 24 sindicatos (Bancários, Seguros, Motoristas, Ourives, Panificação, Escritórios, Marinha Mercante, Propaganda Médica, Estivadores, Indústria Hoteleira, Artes Gráficas, Alfaiates, Moagens e Massas, Técnicos de Desenho, Químicos, Têxteis, Serviço Social, Carpinteiros, Barbeiros, Arquitectos, Médicos, Metalúrgicos, Professores todos do Porto, e Corticeiros de (Aveiro) constituiram-se em União dos Sindicatos do Porto (em organização), elegendo um Secretariado Permanente com funções de coordenação de toda a actividade sindical existente.

Como primeira iniciativa foi decidida a ocupação imediata das instalações da Delegação do I. N. T. P., com vista a iniciar prontamente a sua transformação completa, a fim de enquadrar essa delegação num futuro Ministério do Trabalho gerido pelos trabalhadores e ao seu serviço, tendo sido tal facto comunicado ao comando no Porto do Movimento das Forças Armadas.

De acordo com estas decisões, representantes dos referidos sindicatos deslocaram-se, ontem, cerca das 10,30 horas, à Delegação do I. N. T. P., com o intuito de ocupar as instalações.

Após o subedelegado do organismo, dr. Vasco Lencastre, tomar conhecimento da posição assumida pelos dirigentes sindicais, um destes entrou em contacto telefónico com o Comando da Região Militar do Porto tendo, então ficado assente que ali se dirigiria um elemento do Exército para tratar o problema.

### *Decisão dos sindicatos*

Pouco tempo depois, chegava ao edifício o enviado do Quartel General, alferes Teles, que informou que aquele organismo pertencia ao Ministério competente e que este, por sua vez, estava na dependência do Estado. Consequentemente, embora sem ministro, o citado departamento de Estado continuava a funcionar e, assim, esperava-se que os representantes dos sindicatos não levassem por diante a ocupação.

O presidente de um dos sindicatos leu, então, o seguinte documento:

«Ao Comando do Movimento das Forças Armadas no Porto com conhecimento à Junta de Salvação Nacional:

«Considerando que a máquina estadual fascista-corporativa deve ser destruída, pois tal máquina destinava-se exclusivamente à repressão dos trabalhadores; considerando que a manutenção dessa máquina com as mesmas direcções fascistas é deixar um terreno à reacção; considerando que dentro dessa máquina assumem especial importância as delegações do I. N. T. P., representantes nos distritos do Ministério das Corporações e centros de actividade da repressão sobre os trabalhadores e sobre os sindicatos; considerando que a referida desmontagem do aparelho de estado fascista é um ponto essencial do Programa do Movimento das Forças Armadas; considerando que, como afirmou o Presidente da Junta de Salvação Nacional, é necessário acelerar a liquidação das estruturas corporativas, os signatários decidiram: destituir os delegados e subdelegados como principais responsáveis da repressão sobre os trabalhadores; passar a gerir directamente o I. N. T. P. através duma comissão eleita por todos os sindicatos representativos; encarregar a mesma comissão de contactar com as direcções dos sindicatos representativos de outras regiões e locais, a fim de em conjunto se proceder à criação dum Ministério do Trabalho, da emissão duma legislação laboral que proteja os trabalhadores, e finalmente da criação de «Departamentos do Trabalho» em cada distrito, geridos pelos trabalhadores».

Na troca de impressões que se seguiu, foi sugerido que uma deputação dos sindicatos e subdelegados do I. N. T. P. se deslocassem ao Quartel-General, a fim de se definir a posição a tomar.

Disse, depois, um dos representantes dos trabalhadores que todos tinham a preocupação de colaborar com as Forças Armadas e que essa era a preocupação dos sindicatos ao procurarem levar por diante a sua acção no I. N. T. P..

Foi, também, apontada a necessidade de a depuração atingir os poderes administrativos e, tal como as coisas estão, não parecia viável uma participação directa dos trabalhadores se não se remodelasse o Ministério das Corporações, o qual deveria adoptar outra designação. Frisou-se, ainda, que presentemente já não existem relações entre sindicatos e I. N. T. P..

Após os dirigentes sindicais afirmarem inequivocamente que a sua presença naquele edifício não visava quaisquer fins de destruição, os representantes dos sindicatos dos Seguros, Bancários, Escritório, Propaganda Médica e Metalúrgicos, os subdelegados da I. N. T. P., dr. Vasco Lencastre e dr.º Morais Sarmento, assim como o oficial do Exército, dirigiram-se ao Quartel-General.

### *Reunião no Quartel General*

Recebidos, ali, pelo tenente-coronel António Soares, os dirigentes sindicais deram-lhe conhecimento do documento acima transcrito, tendo aquele oficial, em resposta, dito que não estava em condições de poder tomar uma posição sobre o problema. Assim, sugeria que a questão fosse posta ao delegado, junto do Ministério competente, da Junta de Salvação Nacional.

Mais tarde, foi posta a hipótese de o I. N. T. P. ser orientado, transitoriamente, por um elemento do Movimento das Forças Armadas e um representante dos sindicatos. Entretanto, o delegado do I. N. T. P. no Porto, dr. Vítor Ferreira foi ontem recebido por elementos da Junta de Salvação Nacional que lhe comunicaram as instruções quanto ao futuro daquele organismo. Também o Comando da Região Militar esteve em contacto telefónico com a J. S. N. que, igualmente, lhe transmitiu as linhas orientadoras para o assunto. Já na madrugada de hoje o dr. Vítor Ferreira avistou-se com o Comando da Região Militar esclarecendo quais as posições a assumir perante a situação criada.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
LISBOA
4 MAIO 1974

# UMA UNIÃO DE SINDICATOS

## — PRETENDEM TRABALHADORES DO PORTO QUE QUISERAM OCUPAR A DELEGAÇÃO DO I. N. T. P.

PORTO — Recebemos o seguinte comunicado:

«Os Sindicatos signatários entendem que os interesses dos trabalhadores e do Povo Português exigem a tomada imediata dos orgãos da administração local que se encontram nas mãos de fascistas. Os processos eleitorais seguidos nesses orgãos de administração local eram anti-democráticos; mesmo assim, as eleições processavam-se, normalmente, com burlas bem conhecidas.

Assim, a acção de conquistar essas estruturas (através de reuniões amplas em que o povo e a classe trabalhadora demitam esses orgãos de administração local e os substituam por outros sob a direcção de pessoas da sua confiança) está legitima pela necessidade de não deixar terreno aos fascistas e à reacção, terreno que esta aproveitaria para boicotar a acção de construção de um Portugal livre e democrático.

Os sindicatos apelam para a classe trabalhadora para que esteja atenta, tome a iniciativa por toda a parte e colabore com as estruturas políticas, nomeadamente, o Movimento Democrático, nessa importante tarefa.

Subscreveram este comunicado os seguintes sindicatos do Porto: Bancários, Motoristas, Escritórios, Estivadores do Douro e Leixões, Industria Hoteleira, Químicos, Carpinteiros, Arquitectos, Metalurgicos, Técnicos de Desenho, Alfaiates e Costureiras, Corticeiros de Aveiro, Seguros, Ourives, Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, Artes Gráficas, Têxteis, Barbeiros, Professores, Serviço Social, Moagens e Massas, Propaganda Médica e Panificação; e ainda dos Corticeiros de Aveiro.

Estes sindicatos constituiram-se em União dos Sindicatos do Porto (em organização), elegendo um secretariado permanente com funções de coordenação de toda a actividade sindical existente.

Uma das primeiras decisões dos representantes destes sindicatos foi a ocupação imediata das instalações da delegação do I.N.T.P. com vista a iniciar prontamente a sua transformação completa.

A ocupação fez-se pelas 10 horas e o subdelegado daquele organismo, dr. Vasco Lencastre, entrou em contacto com o comando da Região Militar do Porto, que ali mandou o alferes Teles, o qual informou que aquele organismo pertencia ao Ministério competente e que este, por sua vez, estava na dependência do Estado. Embora sem ministro, o citado departamento de Estado continuava a funcionar, pelo que se esperava que os representantes dos sindicatos não levassem por diante a ocupação.

O presidente de um dos sindicatos leu, então, o seguinte documento:

«Ao Comando do Movimento das Forças Armadas no Porto, com conhecimento à Junta de Salvação Nacional:

Considerando que a máquina estatal fascista-corporativa deve ser destruida, pois tal máquina destinava-se exclusivamente à repressão dos trabalhadores; considerando que a manutenção dessa máquina com as mesmas direcções fascistas é deixar um terreno à reacção, considerando que dentro dessa máquina assumem especial importancia as delegações do I. N. T. P., representantes nos distritos do Ministério das Corporações e centros de actividade da repressão sobre os trabalhadores e sobre os sindicatos; considerando que a referida desmontagem do aparelho de Estado fascista é um ponto essencial do programa do Movimento das Forças Armadas; considerando que, como afirmou o presidente da Junta de Salvação Nacional, é necessário acelerar a liquidação das estruturas corporativas, os sindicatos signatários decidiram:

1.º — Destituir os delegados e subdelegados, como principais responsáveis da repressão sobre os trabalhadores; 2.º — Passar a gerir directamente o I. N. T. P. através de uma comissão eleita por todos os sindicatos representativos; 3.º — Encarregar a mesma comissão de contactar com as direcções dos sindicatos representativos de outras regiões e locais, a fim de, em conjunto, se proceder à criação de um Ministério do Trabalho, emissão de uma legislação laboral que proteja os trabalhadores, e, finalmente, da criação de departamentos de trabalho em cada distrito, geridos pelos trabalhadores.»

Seguiu-se uma troca de impressões, sugerindo-se que uma deputação dos sindicatos e subdelegados do I. N. T. P. fosse ao Quartel-General, a fim de se definirem posições a tomar.

Recebidos no Quartel-General, pelo tenente-coronel Soares, os dirigentes sindicais deram-lhe conhecimento das suas pretensões e de quanto já havia sido feito, tendo aquele oficial dito que não estava em condições de poder tomar posição sobre o problema, sugerindo que a questão fosse posta ao delegado da J. S. N. junto do Ministério competente. Pôs-se a hipótese de um elemento do Exército e um representante dos sindicatos virem a desempenhar funções na delegação do I. N. T. P. até que a situação fosse definida, ficando aquele oficial de se pôr em contacto com Lisboa, a fim de se saber o caminho a seguir.

25A

JORNAL DO COMÉRCIO
LISBOA
4 MAIO 1974

# Segunda reunião do general Spínola com os dirigentes de sindicatos aos quais é pedida moderação

O general António de Spínola, acompanhado pelo general Galvão de Melo e pelo vice-almirante Rosa Coutinho, presidiu, ontem, a uma reunião com os dirigentes dos sindicatos nacionais, efectuada, às 19 horas, no auditório do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional.

Esta reunião prosseguiu as conversações já iniciadas no encontro da passada terça-feira, tendo o general Spínola feito sentir aos dirigentes sindicais que a Junta de Salvação Nacional continua e continuará a garantir ao País, em geral, e aos trabalhadores, em particular, a prossecução do seu legítimo anseio de reconquista de direitos, mas que os problemas, por serem antigos e graves, são de resolução relativamente morosa.

Nestes termos, o general Spínola aconselhou os dirigentes sindicais a pedirem moderação aos sócios dos sindicatos por que são responsáveis, para que não se desse lugar a comportamentos extremistas e contraproducentes.

REPÚBLICA - 4/5/74

**Intersindical** — Comunicado aos trabalhadores aprovado no dia 25, por vários sindicatos após a proclamação feita ao País pelo M. F. A. Nele são feitas as seguintes reivindicações: 1.º de Maio como feriado; total liberdade sindical, com ratificação da Convenção n.º 87 da O. I. T.; que sejam repostas as liberdades individuais do Povo Português; fim à carestia da vida; aumento imediato de salário e instituição do salário mínimo nacional; redução do horário de trabalho semanal para 40 horas, em 5 dias; reintegração nos seus locais de trabalho de todos os trabalhadores despedidos abusivamente pela sua actividade sindical; liberdade de reunião e associação; Imprensa completamente livre. Responsabilidade das redacções na orientação das publicações; administração da Previdência exclusivamente pelos trabalhadores; federação em Organismos Internacionais Sindicais; direito à greve; extinção total da PIDE-DGS e julgamento público dos seus membros; e liberdade imediata de todos os presos políticos.

CD25A

V. Popular 1/5/74

Como a gravura documenta, Castelo de Paiva também comemorou com grande vibração a data do 1.º de Maio, realizando ao mesmo tempo uma grandiosa manifestação de apoio à Junta de Salvação Nacional. A uma rua da vila foi atribuído o nome do general Humberto Delgado. Os manifestantes pediram àquela Junta a cessação imediata dos presidente e vice-presidente da Câmara Municipal